



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

KATHLEEN DE OLIVEIRA DIAS

**AS PRÁTICAS INTERVETIVAS DA(O) ASSISTENTE SOCIAL JUNTO AOS
MOVIMENTOS SOCIAIS**

Brasília- DF, 2019

KATHLEEN DE OLIVIERA DIAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social como requisito parcial para obtenção de título de bacharel em Serviço Social pela Universidade de Brasília- UNB.

Orientadora: Professora Dra. Janaína Lopes Nascimento Duarte

Brasília-DF, 2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

KATHLEEN DE OLIVEIRA DIAS

AS PRÁTICAS INTERVETIVAS DA(O) ASSISTENTE SOCIAL JUNTO AOS
MOVIMENTOS SOCIAIS

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dr^a. Janaína Lopes do Nascimento Duarte
Orientadora
Departamento de Serviço Social- SER- UnB

Profa. Ma. Isabela Ramos Ribeiro
Departamento de Serviço Social- SER- UnB

Profa. Dr^a. Kênia Augusta Figueiredo
Departamento de Serviço Social- SER- UnB

Brasília-DF, 2019

Dedico este trabalho a todas as mulheres, em especial a minha mãe e minha irmã que são minhas referências de força, amor, garra e coragem, e que me deram o suporte para que eu tivesse a oportunidade de alcançar tudo o que tenho e tudo o que sou. Dedico também aos meus irmãos que me fazem querer melhorar a cada dia e são para mim símbolo de alegria e esperança, e por fim, dedico este trabalho a todas as pessoas que têm a coragem de lutar por um mundo mais justo e igualitário!

AGRADECIMENTOS

Agradeço este trabalho e todas as minhas conquistas, sejam elas no âmbito material, intelectual ou pessoal, à pessoa responsável por me conceber a vida, que me educou junto aos meus três irmãos, me mostrou o significado do amor, me ensinou a ser humilde e honesta e a lutar pela minha liberdade e felicidade. Minha mãe, a senhora me ensinou tudo de mais caro e precioso que existe no mundo e sempre com um sorriso no rosto. Não existem palavras que consigam transcrever o quanto sou grata por tudo o que a senhora fez e faz por mim e pelos meus irmãos. Te ver sempre dando o melhor de si com a maior felicidade e simplicidade, tratando todas(os) com respeito e dignidade, me fez compreender o verdadeiro valor da vida, tudo o que a senhora me ensinou foi dando o exemplo. A senhora é a pessoa mais incrível que existe, é a minha grande inspiração, minha musa, minha rainha! A senhora que sempre só quis me ver bem e feliz, que cuidou de mim nos momentos de dificuldades, que enxugou minhas lágrimas quando eu quis desistir, a senhora sempre acreditou muito mais em mim do que eu mesma, e é pela senhora que insisti em continuar. O meu maior prazer em encerrar esse ciclo, é saber que a senhora sentirá orgulho em ter uma filha formada na UnB. Te amo!

Preciso agradecer os meus irmãos, Raul e Lee, pois, muitas vezes dei o melhor de mim, porque quis ser exemplo para vocês, ser uma referência, mostrar que se eu posso, vocês, que são muito mais desenrolados com o mundo, podem muito mais. Vocês vão conquistar o que quiserem, basta acreditar e correr atrás, podem ter certeza que eu sempre estarei presente para contribuir no que for preciso, torcendo e admirando os voos que vocês vão dar.

Agradeço imensamente minha irmã maravilhosa! Que mulher!!! Tamilles, sempre te admirei muuuito, você é a pessoa mais autêntica que já conheci, mais imprevisível, mais bacana!!! Oh, irmã, você traz tanta felicidade para a minha vida! Eu agradeço ao universo por ter me escolhido para ser tua irmã!!! Você é minha luz, minha referência de caráter, de honestidade, probidade e humildade. Sempre que sinto que estou sendo arrogante ou ingrata, eu penso em você para me inspirar a ser mais humilde, mais simples e menos egoísta! Você sempre foi uma referência para mim desde menina! Te amo muuuuito!!!! Obrigada por ser sempre minha melhor amiga!

Não posso deixar de agradecer ao meu pai, que, do jeito dele, me incentivou a nunca depender de ninguém e ter orgulho das minhas conquistas. Pai, o Senhor me ensinou a ser forte. Obrigada, por ainda tentar ser um bom pai e por cada dia refazer sua história por nós, seus filhos. Tenho orgulho da sua força de vontade.

Agradeço também ao meu companheiro, parceiro, amante, amigo, crítico (risos), Luciano, você é incrível, você me faz rir como ninguém, ainda bem que nos encontramos nessa vida, e decidimos fazer parte da vida um do outro. Eu ando tranquila e feliz ao seu lado, tu é um grande incentivador. Obrigada!

Agradeço também às minhas amigas que sempre me apoiaram, me alertaram quando foi preciso, me aconselharam e me acolheram com os meus erros, minhas dificuldades e limitações. Agradeço em primeiro lugar a minha grande inspiração, Dona Gilma! Linda! Você não é só uma amiga, você é uma pessoa que me inspira a ser melhor, me incentiva a sonhar, me faz voar, fantasiar, ser feliz! Obrigada por toda paciência que você teve comigo ao longo da nossa história de amizade! Você não tem ideia de como é importante pra mim! Pretinha, te amo!

Liliane, obrigada por sempre pensar em mim, me ajudar sem nem eu saber, acreditar no meu potencial. Você é uma pessoa muito especial, me inspira muito sua história, sua luta, sua dedicação, guardo com muito carinho todas as lembranças que construímos juntas na nossa trajetória acadêmica. Que a nossa amizade se perpetue! Lilinda!

Obrigada, José Wanderson pela doce companhia, você é um ser que eu adoro, sua presença me traz aconchego! Obrigada, Vagner pela boa prosa de sempre e pelas inúmeras risadas!

Um agradecimento especial a minha orientadora, Janaína Lopes do Nascimento Duarte, que ótima escolha, que bom que me aceitou com toda a boa vontade, com toda a dedicação! Você foi essencial para essa conquista. Mas foi muuuito mais que isso, você me fez gostar da pesquisa, me mostrou que precisamos ter força de vontade para alcançar nossos objetivos! Sempre presente e disponível! Obrigada, nunca vou esquecer a excelente educadora que tive!

Agradeço à professora Kênia Augusta Figueiredo, que aceitou iniciar a orientação do TCC comigo, que me deu a chance de experimentar por meio da monitoria a vivência em sala de aula e que, para além disso, se mostrou uma profissional extremamente generosa e uma pessoa inspiradora! Estou extremamente feliz por tê-la presente no encerramento de ciclo. Obrigada!

Agradeço também à professora Isabela Ramos Ribeiro, que aceitou prontamente em participar da Banca Examinadora do meu trabalho final, se mostrando uma profissional generosa e disponível. Muito obrigada!

Não posso deixar de agradecer à equipe do Departamento de Serviço Social da UnB, em especial ao Alexandre, sempre muito respeitoso e disposto a ajudar a todas(os) que o procura. Valeu, Xandão! Você é massa demais!

Agradeço a todas(os) professoras(es) que passaram na minha vida, em especial a acadêmica, todas (os) foram muito especiais. Obrigada, querido professor Luís Delgado, o senhor me conquistou desde a primeira aula, com o seu brilho nos olhos me ensinou a lutar e ter paixão pelo o que acredito, eu me apaixonei por filosofia porque, antes, me apaixonei pelo seu espírito revolucionário, inconformado com um mundo hostil e desigual. Seu comprometimento com a classe trabalhadora e com a transformação do mundo me fizeram compreender que não lutamos sozinhos e que somente coletivamente alcançaremos voos mais altos. Nunca vou me esquecer dos grandes aprendizados que tive em suas aulas. Obrigada, grande mestre!

Obrigada também à grande professora Maria Valéria, uma mulher sem explicação, quando a senhora fala, tudo fica óbvio, fácil, translúcido! Uma profissional excelente, uma mulher militante, uma inspiração!

Agradeço ao Professor Reginaldo Guiraldelli, que possibilitou o meu primeiro contato com a pesquisa científica, que acreditou em mim, mesmo sabendo da minha falta de experiência com a Pesquisa. Obrigada por tanta generosidade! Por mais pessoas como o Senhor!

Agradeço o MESS (Movimento Estudantil do Serviço Social), pois, aprendi muito e conheci pessoas maravilhosas nesse movimento.

Enfim, sei que as conquistas podem parecer individuais, mas não são, muitas pessoas direta ou indiretamente me levaram a este momento.

Obrigada, Deus, Universo! Obrigada a todas as mulheres que lutaram para que hoje eu, nós, mulheres contemporâneas pudéssemos acessar direitos negados a muitas. O nosso legado é o comprometimento em lutar para que consigamos deixar o mundo melhor a cada dia.

Obrigada a todas(os) trabalhadoras(es) responsáveis por movimentar e transformar o mundo!

Sou grata por tudo e por todas(os)!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender como se processam as práticas interventivas das(os) assistentes sociais que atuam junto aos movimentos sociais. Para tanto, trouxemos o debate acerca dos principais conceitos atrelados à relação do Estado com a Sociedade Civil, analisamos a conjuntura em que os movimentos sociais se apresentaram ao longo do Século XX no Brasil, bem como apresentamos um panorama da realidade atual dos movimentos sociais. Explicitamos também, a direção teórica-metodológica, ético-política que direcionaram a prática interventiva das(os) assistentes sociais ao longo da história da profissão, destacando as experiências dessas(es) profissionais junto aos movimentos sociais. Como procedimentos metodológicos, utilizamos revisão de literatura e pesquisa bibliográfica, a partir das palavras chaves: sociedade civil, movimentos sociais, práticas interventivas da(o) Assistente Social. Cabe destacar que a pesquisa bibliográfica foi realizada a partir dos trabalhos publicados no CBAS de 2016 acerca do eixo temático movimentos sociais, visando a compreensão da relação das(os) assistentes sociais com os movimentos sociais, com ênfase na dimensão prática-interventiva, destacando os relatos de experiências de profissionais que atuavam junto às organizações coletivas. Obtivemos como resultados a apreensão do debate histórico e conceitual acerca dos movimentos sociais, bem como de sua relação com o Serviço Social e ainda as análises sobre as práticas interventivas das (os) assistentes sociais por meio dos trabalhos publicados no CBAS-2016.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Assistentes Sociais. Práticas-interventivas.

ABSTRACT

The objective of this study is to understand how the interventional practices of the social workers who work with social movements are processed. To that end, we brought the debate about the main concepts linked to the relationship between the State and Civil Society, analyzed the social movements in the twentieth century in Brazil, and presented a panorama of the current reality of social movements. We also explained the theoretical-methodological, ethical-political direction that guided the interventionist practice of social workers throughout the history of the profession, highlighting the experiences of these professionals with the social movements. As methodological procedures, we used literature review and bibliographical research, from the key words: civil society, social movements, interventionist practices of the Social Worker. It should be noted that the bibliographic research was carried out based on the works published in the CBAS of 2016 about the thematic axis social movements, aiming at understanding the relationship of social workers with social movements, with emphasis on the practical-intervention dimension, highlighting the reports of experiences of professionals who worked with collective organizations. We obtained as results the apprehension of the historical and conceptual debate about social movements, as well as their relationship with the Social Service and also the analyses on the interventive practices of the social worker through the works published in CBAS-2016.

Keywords: Social Moviments. Social Worker. Interventive practices.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ANAS- Associação Nacional dos Assistentes Sociais

ANL- Aliança Nacional Libertadora

AP- Ação Popular

BM- Banco Mundial

CBAS- Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CEB's- Comunidades Eclesiais de Base

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social

COB- Confederação Operária Brasileira

Conlutas- Coordenação Nacional de Lutas

CRESS- Conselho Regional de Serviço Social

CUT- Central Única dos Trabalhadores

FMI- Fundo Monetário Internacional

FUS- Frente única Sindical

JOC- Juventude Operária Católica

JUC- Juventude Universitária Católica

MEB- Movimento Educação de Base

MR-8- Movimento Revolucionário Oito de Outubro

MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PC do B- Partido Comunista do Brasil

PT- Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	MOVIMENTOS SOCIAIS: HISTÓRIA E FUNDAMENTOS	14
2.1	OS FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E LUTAS DOS TRABALHADORES NO CAPITALISMO	14
2.2	MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: HISTÓRIA, RESISTÊNCIA E LUTA	20
2.3	MOVIMENTOS SOCIAIS DO BRASIL NA ATUALIDADE	27
3	A RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: HISTORICIDADE E PRÁTICAS INTERVENTIVAS.....	33
3.1	A RELAÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS ATÉ A CONTEMPORANEIDADE	33
3.2	A PRÁTICA PROFISSIONAL DA(O) ASSISTENTE SOCIAL	39
3.3	AS PRÁTICAS INTERVENTIVAS DA(O) ASSISTENTE SOCIAL JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS	42
4	A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DAS(OS) ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: reflexões a partir das publicações no CBAS 2016.....	48
4.1	ANÁLISE GERAL DOS TRABALHOS PUBLICADOS NO CBAS ACERCA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ..	49
4.2	DISCUSSÃO SOBRE A PRÁTICA INTERVENTIVA DAS(OS) ASSISTENTES SOCIAIS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS;	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão constituída na dinâmica contraditória das relações entre o Capital e o Trabalho, onde o Estado é chamado a responder demandas para enfrentar a questão social. Sua natureza contraditória abre a possibilidade de, para além das demandas institucionais dos espaços em que estamos inseridos, atuarmos nos processos de mobilização popular e de fortalecimento dos movimentos sociais e organizações das(os) trabalhadoras(es). Dessa forma, podemos contribuir para o desenvolvimento das ações coletivas dos sujeitos com os quais trabalhamos na perspectiva da defesa, da conquista e ampliação dos direitos, visando a construção de uma sociedade emancipada.

A relação interventiva do Serviço Social reconceituado com os movimentos sociais é explicitada, por exemplo, na Lei de Regulamentação da profissão (Lei n. 8.662/ 1993), que determina como competência do assistente social “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (BRASIL, 1993) e no Código de Ética (07/06/1993), que afirma como direito do profissional “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (BRASIL, 1993). O que gostaríamos de ressaltar é que essas diretivas não constituem apenas dimensões normativas, mas orientações estratégico-táticas. E que estas normativas são resultado de uma relação histórica do Serviço Social com os movimentos sociais e demais organizações coletivas.

Até aqui é possível afirmar que o Serviço Social sempre esteve relacionado aos movimentos sociais, por isso, a expectativa é que este trabalho possa contribuir para o debate sobre a temática dos movimentos sociais, que tem sido pouco estudada na área do Serviço Social, pois, de acordo com Iamamoto (2008, p. 461), “a área temática de menor investimento na pesquisa refere-se aos ‘conflitos e movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular’”, o que é motivo de preocupações.

O interesse pelo tema surgiu desde os primeiros contatos com a temática acerca da questão social em disciplinas obrigatórias do curso de Serviço Social, ao compreender que o sentido da história é determinado pela luta de classes, pude entender a importância e o potencial de transformação das diversas formas de lutas organizadas coletivamente. Por isso, o interesse em compreender a relação do Serviço Social com os movimentos sociais, para então, analisar como esta profissão pode contribuir com o processo de organização das(os) trabalhadoras (es),

fortalecendo assim o projeto ético-político profissional e caminhando para a construção de uma sociedade mais justa e emancipada¹, como exposto no Código de Ética enquanto princípio: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.” (CFESS, 1993)

Durante a revisão bibliográfica para a construção do projeto de pesquisa para este trabalho foi constatado que há ainda menos estudos que analisam ou relatam sobre a intervenção da(o) assistente social junto aos movimentos sociais. O que foi decisivo para a delimitação do problema de pesquisa: quais são e como se processam as práticas-interventivas das(os) assistentes sociais junto aos movimentos sociais na atualidade?

Para alcançarmos o objetivo de desvelar como se processam as práticas-interventivas das(os) assistentes sociais junto aos movimentos sociais na atualidade, consideramos importante definir como objetivos específicos: a) Resgatar a história dos movimentos sociais e dos principais conceitos em torno desta temática; b) Discutir sobre as práticas interventivas da(o) assistente social, bem como a relação histórica da profissão com os movimentos sociais; c) Analisar a partir das experiências publicadas no CBAS 2016, as práticas interventivas das(os) assistentes sociais junto aos movimentos sociais.

A metodologia para construir esta pesquisa foi baseada em revisão bibliográfica dos principais autores que discutem a temática proposta em cada capítulo, bem como a análise bibliográfica dos trabalhos publicados no CBAS-2016, por entender que tal congresso representa o principal encontro de assistentes sociais que dá ênfase à atuação das(os) profissionais de forma geral.

Podemos dizer que o esforço investigativo desenvolvido ao longo da pesquisa nos possibilitou diversas descobertas e reflexões a respeito do tema, instigando-nos a novos estudos futuros.

Sendo assim, estruturamos a pesquisa em três capítulos, onde cada um discorrerá sobre cada objetivo específico acima citado.

No primeiro capítulo, serão apresentadas inicialmente, as discussões sobre a categoria “movimento social”, bem como os conceitos importantes para o entendimento desta,

¹ A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a cidadão, a pessoa moral. Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forces propres” (forças próprias) como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política (MARX, 2010, p. 54 apud SOUZA; DOMINGUES, 2012, p.75).

como a sociedade civil e o Estado, e ainda será resgatado a história dos diversos movimentos sociais atuantes a partir do Século XX até a contemporaneidade.

No segundo capítulo será contextualizada a relação histórica estabelecida entre o Serviço social e os movimentos sociais, considerando as particularidades e buscando compreender as aproximações e\ou afastamento ocorridos ao longo da história da profissão. Neste capítulo também, discutiremos sobre a prática interventiva da(o) assistente social, e sua atuação nos movimentos sociais.

No último capítulo, serão analisados os trabalhos publicados por assistentes sociais referentes aos movimentos sociais, sendo utilizado para tanto um levantamento qualitativo dos trabalhos publicados na última edição do CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), ocorrido em 2016 em Olinda-PE.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS: HISTÓRIA E FUNDAMENTOS

Neste capítulo trataremos de alguns pontos teóricos-conceituais e históricos que fundamentam a luta das(os) trabalhadoras(es) no capitalismo. Este primeiro momento é necessário para compreendermos com mais clareza toda a complexidade que envolve a resistência e enfrentamento das(os) trabalhadoras(es) no Modo de Produção Capitalista, para que, posteriormente, possamos analisar as particularidades da relação entre as(os) assistentes sociais e os movimentos sociais na atualidade da realidade brasileira.

Iniciaremos o capítulo abarcando as principais teorias sobre a relação entre o Estado e a Sociedade Civil no marco do Modo de Produção Capitalista, serão enfatizados os conceitos referentes à teoria-metodológica crítica, que, no desenvolvimento das pesquisas, possibilitou uma compreensão mais total e próxima do objeto concreto de estudos, os movimentos sociais, dada as contradições que envolvem o tema.

Assim, será feito um esforço para apresentarmos o debate sobre a construção histórica e os desdobramentos das lutas das (os) trabalhadoras(es) no Brasil e sua organização, para assim adentrarmos sobre as relações e particularidades dos movimentos sociais organizados na atualidade.

2.1 OS FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E LUTAS DOS TRABALHADORES NO CAPITALISMO

Foi no início da idade moderna no contexto europeu, mais precisamente no processo de transição entre feudalismo e o capitalismo, que houve uma ampliação das discussões sobre a natureza e função do Estado, naquele momento as teses sobre estas categorias cumpriram a necessidade de se legitimar o poder político da nova ordem que eminentemente se formava, a burguesa. (SIMIONATTO, 2001)

Os jusnaturalistas, representados principalmente por Locke e Hobbes no século XVIII, foram os precursores desse movimento, para eles, o Estado/Sociedade Civil (não diferenciando estas categorias), representava a superação do estado de natureza, ou melhor, a consumação da sociedade civilizada, sendo esta resultado da complexificação das relações sociais e econômicas concomitante ao aumento da propriedade privada, no qual o Estado surge

devido à necessidade de se estabelecer a ordem, para isso, é estipulado pelos sujeitos, governados e os governantes, um contrato social. (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011)

É apenas com Hegel, no século XIX, que o termo sociedade civil é desvinculado da superação do estado de natureza para estado civil (civilizado). Para Hegel, conforme Coutinho (2008), a sociedade civil está conformada nas relações econômicas, ou seja, a sociedade civil é um sistema cujas relações são desenvolvidas através do trabalho e de seus processos, onde estão postos além de interesses individuais, interesses de grupos da divisão social do trabalho. O Estado é colocado enquanto a instância autônoma e universalizadora dos interesses postos pela Sociedade Civil.

Karl Marx, em sua crítica à ideologia alemã, confronta a formulação de Hegel sobre a relação entre Estado e Sociedade Civil, compreendendo que o Estado (enquanto superestrutura) é a expressão alienada da Sociedade Civil (base econômica), e, na sociedade capitalista, representa os interesses da classe burguesa. Ou seja, para Marx, diferentemente de Hegel “[...] é a sociedade civil, a base ou a infraestrutura econômica, que funda o Estado, as relações de produção da vida material existentes definem a forma e a expressão do Estado.” (ANDRADE, 2016, p.35)

Por isso, Marx entende o capitalismo como modo de produção fundamentado na exploração do trabalho pelo capital, o que confere para ele, a centralidade na luta de classes, não por ser mais importante do que as demais lutas sociais, mas pelo seu caráter fundante na ordem capitalista. Esse entendimento é mais do que necessário para compreender a complexidade e diversidade da composição da Sociedade Civil e sua relação com o Estado. (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011)

Porém, vale ressaltar, como coloca Coutinho (2008), que apesar da crítica analítica de Marx ter superado as concepções hegelianas, é necessário considerar que ele analisa a relação entre Estado e Sociedade Civil no século XIX, momento histórico em que o Estado atua predominantemente como um instrumento de coerção e opressão, o que determina a sua linha de pensamento.

A partir do final do Século XIX, quando as relações capitalistas tornam-se mais complexas, há uma necessidade de se aprofundar as reflexões acerca das novas determinações imbuídas na relação entre Estado e Sociedade Civil. (SIMIONATTO, 2001).

Em suas análises, Gramsci diferencia as sociedades orientais das sociedades ocidentais, sendo a primeira constituídas por sociedades que não desenvolveram a sociedade civil (consenso) significativamente (pré-industriais) e que ainda são reguladas pelo poder de

dominação da sociedade política (coerção e opressão), onde a ruptura acontece pela tomada do Estado (Guerra de Movimentos).

Porém, nas sociedades ocidentais, em que a socialização política está significativamente desenvolvida e mantém uma relação equilibrada entre a sociedade política e sociedade civil a tomada de poder acontecerá por meio da *Guerra de Posição* com progressões de conquistas onde na sociedade civil, permeada pelas lutas de classes, uma classe por meio da hegemonia no plano ideológico estabelece seu domínio político.

Gramsci chamará este processo em que há uma classe detêm a hegemonia por meio da direção intelectual, tornando-se a classe dirigente, de *cartase*, entendendo que a hegemonia supera a esfera econômica, transcendendo para a esfera ético-política (classe em si- classe para si em Marx).

Neste sentido, Gramsci acentua a importância do intelectual orgânico² para a preparação ideológica das massas, na construção e manutenção da hegemonia. Sendo necessário para o processo de revolução a articulação das classes subalternas, não apenas com a hegemonia ideológica, mas com a tomada do poder político, tornando-se o próprio Estado (regulado). Para ele, “o fim do Estado é concebido como uma reabsorção da sociedade civil, ou seja, pela ampliação da sociedade política na sociedade civil [...] até eliminar todo o espaço ocupado pela sociedade política.” (Bobbio, 1987, p.50 apud Duriguetto, Montañó, 2011 p.49).

De acordo com Simionatto (2001), Gramsci percebe que há uma ampliação do Estado, e que este não é apenas composto pela sociedade política, campo da coerção, mas, também, pela sociedade civil, campo da conciliação, “[...] tornando mais complexas as formas de estruturação das classes sociais e sua relação com a política.” (SIMIONATTO, 2001, p. 7).

Ou seja, há uma ampliação da socialização da política, onde estão presentes tanto organizações e representantes do capital, quanto dos trabalhadores (sindicatos, partidos políticos e etc.), complexificando assim, as relações no Estado, permeado pela disputa de hegemonia³ entre as classes e fragmentos de classes. Conforme Duriguetto e Montañó (2011,

² Por intelectuais, deve-se entender [...] todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo [...]. Para analisar a função político-social dos intelectuais, é preciso investigar e examinar sua atitude psicológica em relação às classes fundamentais que eles põem em contato nos diversos campos: têm uma atitude “paternalista” para com as classes instrumentais ou se consideram uma expressão orgânica das classes? Têm uma atitude “servil” para com as classes dirigentes? (Gramsci, 2004, p.93) citado por (SIMIONATTO, 2014, p.270)

³ (Gramsci (1999, p. 320) entende que a hegemonia é a síntese da esfera econômica e da consciência crítica, devendo “ser considerada como uma afirmação de valor gnosiológico e não puramente psicológico e moral.” A luta pela hegemonia nas sociedades de capitalismo avançado, contudo, não se trava, para Gramsci, apenas nas instâncias econômica e política (relações materiais de produção e poder estatal), mas também na esfera da cultura.

p.44) “O conceito de sociedade civil liga-se ao terreno das relações sociais de produção, às formas sociais de produção da vontade e da consciência e ao papel que, em ambas, exerce o Estado.”.

Para Simionatto (2012), Gramsci afirma que a hegemonia é um fator importante diante destas novas determinações, pois, é por meio do convencimento, da ‘direção intelectual e moral’ que uma classe torna-se hegemônica. Nos termos de Simionatto (2012, p.13):

A sociedade civil compreende o conjunto de relações sociais que engloba [o] concreto da vida cotidiana, da vida em sociedade, o emaranhado das instituições e ideologias nas quais as relações se cultivam e se organizam, não de maneira homogênea, mas como expressão de projetos e práticas sociais diferenciados, cenários de luta das classes sociais e espaço de disputa na construção da hegemonia através de suas diferentes instituições.

As teorias de Gramsci foram bastante difundidas no Brasil a partir da década de 1970, em um momento em que os movimentos sociais da sociedade civil brasileira estavam em ascensão, os movimentos contra a ditadura cresciam e a esquerda passava por uma autocrítica, principalmente devido à derrota nas lutas armadas. Nesse período, havia uma presunção de que tudo o que vinha do Estado era “ruim”, e o que vinha da sociedade civil (o não Estado) era “bom”. (COUTINHO, 2008).

De acordo com Simionatto (2012, p.33) “[...] a categoria sociedade civil foi empregada como ‘arma’ contra adversários bastante concretos [...] ‘o civil era o não militar’, e o propósito era fazer retroceder o Estado [militar] e ampliar o espaço da sociedade civil.”

Naquele contexto político, assim que a ditadura começou a dar os primeiros sinais de que não se sustentaria por muito mais tempo, várias organizações coletivas de ambas as classes sociais- (representantes das elites e das classes subalternas), colocaram-se a favor da democracia (COUTINHO, 2008). Este processo incidiu na chamada cultura anti-Estado, Simionatto (2012, p.36) afirma que:

A contraposição simplista Estado-sociedade civil difundiu de forma incisiva a ideia de que tudo o que não dependia do Estado levaria à maior emancipação social e à inclusão dos excluídos, contribuindo para escamotear os conflitos, as contradições e as desigualdades sociais.

Após a mobilização de toda a sociedade civil e a conquista da democratização, com o fim da ditadura, a promulgação da Constituição de 1988 e o retorno das eleições por voto

A elevação cultural das massas assume importância decisiva neste processo, para que possam libertar-se da pressão ideológica das classes dirigentes e elevar-se à condição destas últimas. SIMIONATTO (2009, p.46-47)

direto, a dinâmica entre Estado e Sociedade Civil iniciou um processo de mudanças substantivas que marcam o início da década de 1990. (COUTINHO, 2008).

Como coloca Montañó (2010), na década de 1990, considerando o breve histórico que descrevemos até o momento, a sociedade civil não se contrapõe ao Estado, mas sim, é chamada a estabelecer parcerias com este. Esta nova relação é a base para o surgimento de outra concepção de sociedade civil, atrelada principalmente ao neoliberalismo, onde o termo ‘sociedade civil’ passa a ser sinônimo de ‘terceiro setor’. Duarte (2008, p.62) coloca que:

O que ocorre no presente momento é uma deturpação da categoria sociedade civil, desconsiderando, principalmente, aspectos econômicos e políticos no contexto da sociedade capitalista, isentando-a do conflito e da contradição a ela inerentes; como se constituísse um espaço homogêneo de interesses, o que permite, atender à necessidade contemporânea do capital de redução do Estado no tratamento da questão social.

Esta concepção, como colocado acima, é uma das iniciativas da implementação do projeto neoliberal, que age fortemente a partir da década de 1990 nos países capitalistas periféricos, vinculado à reestruturação produtiva, iniciada desde a década de 1970 nos países capitalistas centrais, deturpando o sentido de sociedade civil como arena de lutas, inserindo-a no campo da solidariedade entre as classes, justificada pela ideologia da crise, que defende que todos devem trabalhar em ‘solidariedade’ para ‘superar’ a crise. (DUARTE, 2008)

A estratégia dos governos liberais, como o do Brasil, é alterar a orientação das políticas sociais, subordinando-as aos interesses econômicos e políticos, através das: a) privatização via mercado ou sociedade, representada, esta última, pelo terceiro setor; b) focalização, com políticas dirigidas exclusivamente aos grupos com carências pontuais (os mais “pobres” entre os mais “pobres”); e c) Descentralização administrativa, ou seja, desconcentração e executiva, mantendo o poder decisório descentralizado. Este quadro define uma estratégia precária de enfrentamento da questão social por parte do Estado, em que se busca a descaracterização e anulação da condição de direito das políticas sociais, ou seja, a desconstrução do caráter de universalidade e igualdade de acesso, já que tais concepções não atendem aos interesses contemporâneos do capital mundializado. (DUARTE, 2008, p.54)

Por isso, Simionatto (2012, p.41) afirma que a concepção de terceiro-setor “esvazia a compreensão da sociedade civil como arena de luta política para além das conquistas dos direitos de cidadania, articulação de individualidades atravessada pela neutralidade”. Acerca da tendência dominante/conservadora sobre o terceiro setor, Duarte (2008, p.59) coloca que esta:

[...] desconsidera as condições sócio históricas contemporâneas de crise do capital e de busca de sua hegemonia, mistificando a realidade a partir de um debate não crítico

que valoriza uma possível união entre as classes e um discurso de democracia e cidadania nos limites do capitalismo. O conflito, as diferenças de interesses, a heterogeneidade fundantes da sociedade civil/burguesa, composta por classes que divergem social, política e economicamente, faces que perpassam o terceiro setor, são encobertas pelo discurso atraente da solidariedade, do voluntariado em defesa explícita do capitalismo mundializado.

Ou seja a década de 1990 é marcada por diversas contradições e determinantes que incidem nas organizações coletivas. Na conjuntura nacional temos a classe trabalhadora submetida à reestruturação na esfera produtiva, com técnicas e tecnologias que aumentam a capacidade de exploração destes(as) trabalhadores(as), de outro, há uma tentativa de desregulamentar os direitos, principalmente trabalhistas, historicamente conquistados e recentemente positivados na Constituição de 1988, um conjunto de ações políticas que se dá no que chamamos neoliberalismo, e, ainda, do ponto de vista de direcionamento e organização internacional, a classe trabalhadora perde sua principal referência de projeto de sociedade de esquerda com o fim do ‘socialismo real’. (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011)

O projeto articulado pelo capital internacional para continuar com o crescimento exponencial das taxas de lucratividade, resultou na hegemonia do capital financeiro, sustentada e legitimada, principalmente, pelo conformismo e a naturalização do Modo de Produção Capitalista. Conforme Duriguetto e Montaña (2011, p.220) “[...] a estratégia hegemônica aposta na desmobilização mediante a resignação frente a fenômenos supostamente naturais, irreversíveis, inalteráveis.” Portanto:

[...] o crescimento do chamado terceiro setor não constitui um fenômeno isolado, nem é compensação do afastamento estatal das respostas às sequelas da ‘questão social’. Ele é um fenômeno integrado, complementar, parte do mesmo projeto neoliberal que, por um lado, reduz o papel do Estado na intervenção social, redirecionando sua modalidade de ação, por outro lado, cria uma demanda lucrativa para os serviços privados e que, finalmente, estimula a ação voluntária e filantrópica de um ‘terceiro setor’ dócil e supostamente substitutivo da ação estatal. (MONTAÑO, 2010 p.198)

Tratamos aqui de algumas categorias importantes para a nossa reflexão acerca da relação do Estado com as organizações coletivas da sociedade civil ao longo da história. A seguir iremos discorrer sobre o surgimento, história e atuação dos movimentos de luta dos trabalhadores e de organizações coletivas que marcaram a luta de classes no Brasil.

2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: HISTÓRIA, RESISTÊNCIA E LUTA

A formação social brasileira é baseada em relações sociais profundamente marcadas pela colonização e escravidão, fatores esses que determinaram e incidem até hoje nas relações entre Estado e Sociedade Civil. Porém, sem desconsiderar a importância desses determinantes, iremos dar evidência às organizações coletivas formadas a partir do Século XX, por considerarmos que este é o momento em que as relações de produção e reprodução nos moldes capitalistas são intensificadas, refletindo significativamente na vida dos trabalhadores no marco do processo de consolidação do capitalismo no Brasil.

Serão feitos apontamentos quanto a própria história dos movimentos sociais, e, ainda, considerações sobre as teorias que tentam explicar o surgimento e impacto desses nas relações sociais e econômicas da sociedade.

Os movimentos sociais até a década de 1970 foram, majoritariamente, movimentos vinculados à classe trabalhadora industrial, constituídos por movimentos sindicais, que em cada período histórico teve suas singularidades. Apontaremos as características desses movimentos e posteriormente será feita uma abordagem sobre a incidência dos chamados ‘novos movimentos sociais’ que entraram na cena política a partir da década de 1970.

No início do século XX, o Brasil, ainda pouco industrializado, já contava com as primeiras organizações de trabalhadores ligados à indústria (principalmente em São Paulo). A formação da classe trabalhadora industrial tinha em sua composição imigrantes europeus, que marcam as organizações de trabalhadores, pois, trouxeram experiências das lutas sindicais vividas na Europa, com grande influência dos ideais anarquistas. (GIANOTTI, 1988)

As condições de trabalho e de vida dos trabalhadores no início do século XX eram de pauperização extrema, por isso, as lutas trabalhistas eram por exigência de condições mínimas de trabalho. A resposta do Estado foi a repressão policial como tentativa de impedir o crescimento das organizações sindicais, criminalizando-as. (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011). A primeira década do século XX é marcada por muitas greves e pelo início da organização operária, as principais exigências eram por redução de jornada para 8h (oito horas) diárias. (GIANNOTTI, 1988)

Um marco para a organização dos operários foi o início de publicações regulares pela Confederação Operária Brasileira (COB) do jornal *A voz do Trabalhador* com veiculação nacional, ferramenta importante para difundir as ideias de orientação anarquista a diversos operários. (GIANNOTTI, 1988)

Conforme Giannotti (1988), as fortes repressões do Estado contra os movimentos sindicais, inclusive com mortes, expulsões de ‘agitadores estrangeiros’, resultaram, em 1917, no início de grandes greves nas principais capitais do país, condição que perdurou até 1920.

Até o ano de 1917 a principal influência ideológica dos sindicatos era a vertente anarquista, herança dos operários imigrantes dos países do sul da Europa (Itália, Espanha), neste período os sindicatos se organizavam de forma livre, sem interferência do governo e estavam vinculados à construção de um projeto societário revolucionário. A partir de 1917, a vertente comunista começou a ganhar força por influência da Revolução Russa, tendo como expoente a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922. Ainda existia outra vertente atrelada ao movimento operário católico, os ideais dessa tendência era combater o anarquismo e o socialismo, pois, acreditavam que era apenas necessário diminuir a exploração capitalista. (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011 e GIANNOTTI, 1988)

Com a depressão de 1929, o Brasil vê seu principal mercado (exportação de produtos agrícolas) estagnado, o que é determinante para o início de uma reorientação na esfera da produção econômica direcionada ao incentivo da industrialização brasileira. Esse investimento no setor industrial resultou no crescimento do êxodo rural, e a formação de uma classe trabalhadora industrial composta por maioria de trabalhadores brasileiros recém-chegados à cidade industrial. (GIANNOTTI, 1988)

A partir de 1930 o Estado passa a investir mais intensamente no controle do movimento operário, com a intenção de controlar os sindicatos o governo criou o Ministério do Trabalho e a Lei do Sindicalismo (1931), iniciando uma política de cooperação e colaboração entre as partes, o direito aos benefícios estava condicionado ao cumprimento das prerrogativas de proibição de atividade política dentro dos sindicatos e a restrição à participação estrangeira. (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011).

O Governo de Getúlio Vargas na década de 1930 (Estado Novo) aproveitou que, como coloca Giannotti (1988, p.25) “[...] o movimento operário encontrava-se esmagado por longos anos de repressão e dividido entre si.”, para implementar o sindicalismo oficial do governo de Getúlio Vargas.

Este aspecto é elementar para que o Estado comece a tratar a questão operária não apenas como caso de polícia, mas como questão política. Os anos subsequentes são marcados pela regulamentação de leis trabalhistas com vias de contenção e controle dos trabalhadores fortemente influenciados pelo corporativismo do fascismo de Mussolini e pela mentalidade católica de colaboração de classes. (GIANNOTTI, 1988)

Em 1934 foi criada a Frente Única Sindical (FUS) com direção comunista e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) com direção anti-imperialista, naquele momento suas principais pautas eram a luta contra o fascismo, o fim da dívida externa e a reforma agrária, essas organizações marcaram a década com a tentativa de tomar o poder por meio de um levante revolucionário, esse movimento foi conhecido como Intentona Comunista, porém, os integrantes foram fortemente atacados pelo Estado, enquadrados pela Lei de Segurança Nacional, e sob a justificativa de barrar o 'Plano Comunista' foi decretado estado de sítio que resultou no Golpe de Estado dado por Getúlio Vargas (Estado Novo). (DURIGUETTO, MONTAÑO, 2011).

O PCB articula uma grande frente nacional e antifascista, propondo à sociedade um projeto de desenvolvimento democrático, anti-imperialista e antilatifundiário. O Partido torna-se o núcleo dinâmico da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente antifascista na qual se reuniram comunistas, socialistas e antigos "tenentes" insatisfeitos com a aproximação entre o governo de Vargas e os grupos oligárquicos afastados do poder em 1930. Posta na ilegalidade a ANL, o PCB promove a insurreição de novembro de 1935. (Disponível em: www.pcb.br, acesso em: 09 de outubro de 2018)

Entre 1950 e 1964 os mais diversos movimentos sociais e sindicais tiveram seu apogeu, os trabalhadores rurais entram em cena, em 1954 é criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, e em 1955 a Liga Camponesa da Galileia no estado do Pernambuco (PE), dando origem à criação de outras Ligas Camponesas em diversos estados, em 1960 surge também o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MST), influenciado pelas Ligas Camponesas.

No Governo Goulart, entre 1961 e 1964 a classe trabalhadora está fortemente organizada nos sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, sendo expressão dessa época a manifestação com mais de duzentas mil pessoas que saíram às ruas de São Paulo em defesa das reformas de base⁴. (DURIGUETTO, MONTAÑO, 2011)

Podemos destacar até aqui, que o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, entre 1930 e 1964, foi calcado em um acordo entre as classes de cunho populista e nacionalista. Porém, a elite burguesa, ao sentir-se ameaçada pela força e rumos que as lutas sindicais tomaram, à medida em que as contradições econômicas e políticas avançavam entre as classes, estimulou e criou as possibilidade para a instauração do golpe militar, deixando claro

⁴ Diz respeito ao conjunto de reformas estruturais em setores estratégicos para o desenvolvimento do Brasil: reforma agrária, fiscal, urbana, política e educacional propostas pelo então presidente João Goulart. (GIANOTTI, 1988)

a falência da política baseada no nacionalismo, no populismo, no reformismo e na harmonia entre as classes em prol do desenvolvimento nacional. (GIANOTTI, 1988)

O Estado utilizou o clima de anticomunismo como justificativa para a repressão aos movimentos e organizações de trabalhadores. (DURIGUETTO, MONTAÑO, 2011). A partir do golpe militar de 1964, uma série de ações com objetivo de controlar e acabar com os movimentos trabalhistas é iniciada, as greves são criminalizadas, os aparelhos de luta dos trabalhadores são institucionalizados. Giannotti (1998, p. 60) afirma que o golpe pretendeu “[...]impor ao Brasil uma nova estrutura social e uma nova ideologia. [...] um Brasil baseado na aliança com o capital internacional.” Durante a primeira década do golpe militar, vários sindicatos, confederações e outras organizações trabalhistas foram fechadas.

Os militantes sindicalistas analisavam as causas das derrotas vinda do golpe, nascendo assim um movimento de autocritica da esquerda, conforme Giannotti (1998, p.65) “Cristãos vindos das Comunidade de Base, comunistas críticos à velha linha conciliadora do PCB e sindicalistas atentos à realidade juntam suas práticas e elaboram as bases de um novo projeto sindical.”. Inclusive, nesse processo, surgiram movimentos de lutas armadas, um dos mais expressivos, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), teve seus integrantes aniquilados na Guerrilha do Araguaia, composto por militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Com as perseguições, torturas, exílio e assassinatos contra operários e intelectuais, o início da década de 1970 é marcado por uma classe trabalhadora enfraquecida, com baixa reivindicação (devido às pesadas repressões) e de autorreflexão dos movimentos de esquerda, sendo que para o capital, esta década significou o grande momento de avanço econômico (crescimento baseado na concentração de renda, provocando uma desigualdade crescente e um alarmante aprofundamento da questão social). (GIANNOTTI, 1988).

A década de 1980, como coloca Behring e Boschetti (2006), é marcada pela estagnação econômica, reflexo da iniciada reestruturação produtiva, que resultou em uma forte mobilização dos trabalhadores diante do volume de demandas represadas oriundas do aprofundamento da questão social em face do projeto da ditadura e das mudanças estruturais no país, unindo vários setores contra o regime ditatorial e a favor da redemocratização do país. Como coloca Duriguetto e Montaña (2011) há um amplo movimento de oposição à ditadura de diversas categorias profissionais, movimentos sociais e organizações coletivas, toda essa mobilização contra o regime militar em favor da redemocratização resultou no movimento ‘Diretas Já’.

Os sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo (SP) representavam a base sindical mais combativa na década de 1980, apoiavam o sindicalismo rural e foram a base para a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que defendiam a democratização da estrutura sindical, influenciando assim também a criação do Partido dos Trabalhadores (PT). (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011).

Apesar de ter sido um momento profícuo das organizações coletivas em volta da redemocratização, o projeto neoliberal também já estava avançando, tornando o processo de redemocratização “[...] uma transição democrática fortemente controlada pelas elites para evitar a constituição de uma vontade popular radicalizada [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p.141).

Em contrapartida ao movimento sindical, em 1991, o Governo de Collor criou a *Força Sindical*, uma organização de trabalhadores comprometida com os setores empresariais e pela defesa do projeto neoliberal (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011). É nesta década que as investidas iniciadas em 1970 com a reestruturação produtiva são aprofundadas, refletindo um cenário caótico para os trabalhadores.

Em síntese, tem-se do ponto de vista econômico, na entrada dos anos 1990, um país derruído pela inflação e que será o fermento para a possibilidade histórica da hegemonia neoliberal; paralisado pelo baixo nível de investimento privado e público. Sem solução consistente para o problema do endividamento; e com uma questão social gravíssima. (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p.141)

A reestruturação produtiva incide em diversos aspectos da organização do trabalho, visando reduzir custos empresariais, acelerar a mobilidade/flexibilidade do trabalho (modelo japonês), “toyotizar”⁵ a produção fordista para dispor de mão de obra de acordo com sua necessidade, utilizando a tecnologia, energia física e intelectual, gerando assim uma sociedade com menos empregos, e não sem trabalho, o que há é uma alta concentração do trabalho, poucos trabalhadores e muito trabalho qualificado. Há um aumento exponencial de empresas terceirizadas, que não contam com automatização, são utilizadas como mecanismo de desvinculação do trabalho formal para flexibilizá-lo de acordo com a necessidade do mercado. (BEHRING; BOSCHETTI, 2006)

⁵ “Trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a da intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo ou eliminando em muito tanto o trabalho improdutivo, que não cria valor, ou suas formas assemelhadas, especialmente as atividades de manutenção, acompanhamento, inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador produtivo. Reengearia, *lean production*, *team work*, eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total, fazem parte do ideário (e da prática) cotidiana da ‘fábrica moderna’.” (ANTUNES, 2002, p.29)

Outro ponto de extrema importância é o fortalecimento e incentivo ao engajamento na empresa, que tem um efeito ideológico, onde o próprio trabalhador se estimula a intensificar seu trabalho, por acreditar que faz parte da empresa, ou seja, além da apropriação da sua força de trabalho, há a apropriação da criatividade intelectual (da subjetividade) desse trabalhador, a valorização do trabalhador polivalente, tornando esse flexível para desenvolver diversas tarefas. (BEHRING; BOSCHETTI, 2006)

Como afirmam Behring e Boschetti, (2006), toda oneração e dificuldade para a implementação da reestruturação produtiva é transferida para o Estado, que assume a função de promover as condições necessárias para a consolidação das transformações exigidas pelo capital para tornar possível o projeto de retomada das taxas de lucratividade. E ainda, neste mesmo sentido, Netto (2011, p.100) afirma que a hegemonia da ideologia neoliberal:

[...] constitui um projeto histórico da Direita dirigido para liberar a acumulação capitalista de todas as cadeias impostas pela democracia. Independente da viabilidade política de longo prazo desse projeto, há que constatar que ele conquistou, enquanto satanização do Estado, uma ponderável hegemonia: desenvolve-se hoje uma cultura política anti-Estado e ela não tem sido estranha às relações contemporâneas entre Estado e sociedade civil.

Neste sentido, o Estado brasileiro iniciou uma série de (contra) reformas direcionadas à política econômica neoliberal por meio da exigência das instituições financeiras internacionais (Fundo Monetário Internacional- FMI e Banco Mundial-BM). Sendo imposto a garantia das condições mais atrativas aos investimentos estrangeiros, como: a segurança das instituições com o combate sindical e aos movimentos sociais; suporte de infraestrutura; privatizações; redução gasto social; desregulamentação do trabalho; desoneração e remuneração do capital especulativo e desregulamentação do trabalho. (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

Até mesmo a CUT inicia um projeto de perspectiva de negociação (nacional). Havendo contraposições e rompimentos de segmentos contra essas iniciativas, a exemplo da Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas) em 2004, criada para contrapor às contrarreformas do governo Lula. (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011)

Todo esse movimento, conforme Duriguetto e Montañó (2011), traz na atualidade uma classe trabalhadora heterogênea, dessindicalizada, sem consciência de classe, organizada no terceiro setor, estruturada principalmente por ideais pós-modernos, onde as pautas são redirecionadas às questões de identidade, empoderamento, economia solidária, sem perspectivas de emancipação humana ou revolucionárias, resultando na “diminuição do peso

político dos trabalhadores no atual contexto e suas possibilidades de defender seus interesses e de enfrentar o novo projeto hegemônico do capital.” DURIGUETTO; MONTAÑO, (2011 p.213)

Como constatamos até aqui, os movimentos sindicais são a expressão mais nítida da luta de classes (capital x trabalho), porém, outros movimentos e organizações coletivas surgiram nas últimas décadas do século XX, atreladas, principalmente, às questões referentes à identidade, cultura, etnia, meio ambiente, entre outros. Esses ‘novos movimentos sociais’ ganham força e ingressam no cenário político com maneiras, ideais e pautas diferentes das dos movimentos sociais clássicos (sindicais). (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011)

Esses movimentos emergem em um contexto de luta pela redemocratização, onde os direitos civis, políticos e sociais tornam-se exigências centrais. Há algumas concepções teóricas atreladas à explicação da natureza desses movimentos. A concepção pós-moderna defende que os movimentos sociais ‘modernos’ não se baseiam mais em uma suposta identidade de classe e muito menos lutam contra a exploração capitalista, o que moveria suas ações seriam as dificuldades do cotidiano, contra as opressões e discriminações de todas as naturezas, raça/etnia, orientação sexual, gênero, entre outros. (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011) Duriguetto e Montaño (2011) também afirmam que essas organizações coletivas têm fragilidade organizativa, imaturidade da consciência política e predomínio do espontaneísmo como modo de intervenção política.

Para Marx, conforme Duriguetto e Montaño (2012), é a realidade concreta que determina a realidade, a vivência em si um tipo de consciência, o que ele destaca é que há níveis de consciência, que está atrelada à apreensão e inserção deste indivíduo/grupo sobre a realidade.

Essas lutas (sociais), por meio da dinâmica da realidade concreta, não estão alheias as lutas de classes, também- em nível estrutural- são rebatimentos da polarização de interesses das classes fundantes do modo de produção capitalista (capital x trabalho) baseadas na exploração (e apropriação de riqueza) da classe dominante sobre a dominada. Logo a dimensão estrutural e dinâmica formam uma unidade e devem ser analisadas juntas.

“[...] se apresentam na aparência de fenômenos autônomos e independentes, como desarticulados da questão central entre capital e trabalho, não podem nos levar a ignorar o fato de que elas se fundam na contradição capital-trabalho.” (DURIGUETTO E MONTAÑO p. 117)

Ou seja, as lutas sociais, mesmo as orientadas mais para as refrações da questão social, representam desdobramentos das lutas de classes, ou seja as “[...] lutas de classe e lutas

sociais não são expressões contraditórias, mas formam parte de um processo comum, às vezes em níveis diferentes.” (DURIGUETTO E MONTAÑO, 2012, p.120)

A perspectiva marxista, como coloca Duriguetto e Montañó (2012), aponta que esses movimentos expressam as novas roupagens da contradição capital x trabalho, fundamento da questão social, sendo assim, esses movimentos a confirmam, pois, não há como desarticular as relações necessárias para a produção (determinante) do cotidiano, que possui vários condicionantes e incidem diretamente na realidade concreta do sujeito. Sendo assim, o campo político não é mais instrumento de uma classe dominante e sim onde a luta de classes se manifesta (considerando as correlações de força).

2.3 MOVIMENTOS SOCIAIS DO BRASIL NA ATUALIDADE

O fim do século XX é marcado por um cenário desfavorável aos trabalhadores, onde o Estado é reconhecido por sua incapacidade para atender às necessidades de bens públicos (principalmente por priorizar o pagamento da dívida. O Estado é visto como uma instituição ineficaz, gerando um processo de esvaziamento e desconfiança da vida política, o que culmina na transferência da responsabilidade dos problemas coletivos para o âmbito particular. Como afirma Netto (1996, p. 81) “A desqualificação do Estado tem sido, como se sabe, a pedra-de-toque do privatismo da ideologia neoliberal: a defesa do estado mínimo pretende, fundamentalmente, o Estado máximo para o capital”.

A tematização dos movimentos sociais gradativamente cedeu lugar aos mecanismos institucionais de participação social positivadas na Constituição de 1988, as organizações coletivas garantiram a ascensão de um modelo de participação que trouxe novos mecanismos como: conselhos gestores de políticas públicas, orçamento participativo, conferências. Esse modelo contribuiu para a criação da imagem de que o Estado e sociedade civil se complementam (subtraindo o campo de interesses de classe).

Durante o processo de redemocratização criou-se uma grande expectativa de que as diversas organizações coletivas da sociedade civil participassem por meio de controle e participação social da então reestabelecida democracia. Como indica Simionatto (2012, p.40), “[...] os movimentos sociais [...] fortalecem a esfera pública como instância de crítica e controle do poder [...] ampla movimentação da sociedade civil na ampliação da democracia política, da cidadania e do controle das políticas.”. Porém, ao analisar de forma crítica esses espaços, Andrade (2016, p.79) afirma que houve uma ampliação da democracia e da participação social,

porém “[...] o poder de decisão de muitos conselhos é cada vez menor, transformando-os em simples “órgãos consultor ou de legitimação” do Poder Executivo, poucos realmente interferem na construção de políticas públicas.”

É necessário, porém, refletir sobre a importância desses espaços, que atualmente está sendo um dos principais meios de combate aos ataques contra a redução de investimentos públicos em políticas sociais. Não podemos deixar de considerar que foram nesses espaços que muitas políticas sociais públicas se consolidaram com a participação de grande parcela da sociedade civil, como as Política de Assistência Social, Política Nacional do Idoso, Política Nacional da Pessoa com Deficiência, entre outras.

O que é possível observar é que os espaços de participação social foram assegurados, porém, isto a sua capacidade efetiva de intervenção tem seus limites, dada a configuração institucionalizada e burocrática. Porém, é necessário o reconhecimento de que “o produto desse universo discursivo e consensual seria a criação, o reconhecimento, a garantia e a consolidação de direitos, sociais, políticos e culturais, base fundante da democracia.” (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p.344)

Ao refletir sobre os impactos atrelados a esse movimento de ressignificação da função da sociedade civil, que reforça esta como campo neutro e não como arena de luta de classes, juntamente a afirmação de ineficiência do Estado, atrelado ainda a ideologia da crise, por meio dessas investidas do capital se estabelece a despolitização desses espaços. Conforme Netto (2011, p. 100-101):

[...] a transferência para a sociedade civil, a título de iniciativa autônoma de responsabilidades antes alocadas à ação estatal – a minimização de lutas democráticas dirigidas a afetar as instituições estatais as implicações da incorporação desse antiestatismo pelas forças opositivas pode significar não apenas a politização de novos espaços sociais mas ainda a despolitização de demandas democráticas, numa quadra em que- precisamente pelas características das práticas neoliberais- as lutas pela democracia se revestem de importância maior.

Assim, surge um novo modelo de ação entre Estado e sociedade civil, fortemente atrelado à otimização do uso de recursos (escassos), estabelecendo uma relação de colaboração e parceria entre as partes, a sociedade civil na perspectiva neoliberal tem como protagonista o chamado terceiro setor. Como bem reflete Ferraz (2012, p.10) “[...] a sociedade civil se torna responsável por mobilizar seus próprios recursos para solucionar problemas sociais.” Ou seja, “o conceito de sociedade civil passa a ser definido pela sua transmutação em esfera pública não

estatal e o aperfeiçoamento da democracia passa a ser sumariamente pensado a partir do fortalecimento da sociedade civil.” (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p.344).

É nesse período, de reorientação da relação entre Estado e sociedade civil, que o termo é despolitizado de seu sentido político e é ressignificado para disseminar à ideologia neoliberal em curso, Simionatto (2012, p.41) afirma que o modelo estabelecido de ‘parceria’ entre Estado e sociedade civil no modelo de terceiro setor “ esvazia a compreensão da sociedade civil como arena de luta política para além das conquistas dos direitos de cidadania e articulação de individualidades atravessada pela neutralidade.”

Duarte (2008, p.62) afirma que “A noção da sociedade civil, utilizada como sinônimo do terceiro setor, cancela a relevância histórica de tal categoria teórica e confunde a trama de relações e conflitos de classe presentes na sociabilidade do capital.”

No projeto neoliberal, para evitar o aparecimento ou o avanço de movimentos de contestação, alimenta-se que as organizações coletivas não devem esperar do Estado as respostas aos seus problemas. “O Estado será, assim, funcional ao sistema capitalista, não apenas como um mecanismo, mas como algo com a capacidade de instrumentalizar inúmeros seres humanos e instituições em favor da reprodução de si e do próprio sistema.” (ANDRADE, 2016, p.29). Ou “A aproximação entre a sociedade civil e o terceiro setor, ou seja, sua sobreposição na atualidade tem uma funcionalidade política e ideológica com a conjuntura de reordenamento capitalista, uma vez que obscurece os conflitos e imobiliza a luta de classes.” (DUARTE, 2008, p. 60).

Aqui cabe um adentro, nem todas as organizações sociais têm natureza conservadora, algumas instituições que se configuram como terceiro setor, defendem ideais com características atreladas à defesa da classe trabalhadora comprometida com a construção de uma sociedade livre de opressão e exploração. Porém aqui, estamos discorrendo sobre como se estabeleceu os processos de transformação dessas organizações a partir da década de 1990, onde as organizações que não se adequam à proposta do Estado, são criminalizadas.

Como coloca Ferraz (2012, p.103) este cenário, de iniciativas contra os movimentos sociais fez com que os “[esses] precisassem estabelecer parcerias com o Estado, empresas e outras organizações, buscando formas de se auto sustentar, resultando na institucionalização de muitos [movimentos sociais] enquanto instituições do terceiro setor.” Duarte (2008, p.69) afirma também que:

A ONG, com maiores possibilidades de obtenção de recursos e apoio do que o movimento social passa a conquistar maior credibilidade e adesão da população. Tais

organizações passam a ter mais espaço na mídia, maior respaldo e credibilidade, contando inclusive com a população na condição de voluntário; instala-se um movimento de “positividade” e investimento em relação às ONGs em detrimento dos movimentos sociais e da garantia de políticas sociais públicas. Isso se explica porque na década de 1990 ocorre uma significativa alteração na relação entre Estado e movimento social, caracterizada por Montañó (2003) como uma “terceirização dos movimentos sociais”, ou seja, uma relação indireta entre Estado e movimento, intermediada pelas ONGs.

Na atualidade contemporânea são intensificados os processos de fortalecimento das organizações não governamentais como atores políticos e a criação de redes e fóruns de movimentos sociais, um campo onde as organizações caracterizam-se por serem mais propositivas e menos reivindicatórias, onde essas organizações atuam de forma estratégica diante à opinião pública. (ANDRADE, 2016)

Esses novos sujeitos políticos atuam por meio de ações voluntárias nos espaços públicos, supostamente dotados de autonomia e auto-organização em relação ao Estado e ao mercado, de solidariedade social, do discurso, da ação comunicativa, potencializa a expansão da democracia (esfera pública não governamental, em defesa do interesse público e em busca do bem comum e não interesse de classes.) (DURIGUETTO E MONTAÑO, 2011). Interesses mais imediatos e da própria sobrevivência são mais importantes que a construção de um projeto de futuro. A vida política se esvazia, dificulta a articulação de caráter universal, pois, segundo Duriguetto e Montañó (2011, p. 346), “o espaço da sociedade civil é conceitualizado assim como representado homogeneamente pelas organizações que representam os interesses populares [...]”.

Segundo Montañó (2010) há um estímulo que justifica o aumento significativo das instituições do ‘terceiro setor’ atrelados pelo modelo neoliberal que não apenas criam as condições materiais necessárias para que este projeto seja ampliado e conformado, mas também direcionam a hegemonia neoliberal no âmbito ideológico, o objetivo não é apenas o desmonte e a desresponsabilização do Estado, e sim, a crença, no senso comum, de que o Estado por sua ‘natureza’ burocrática e ineficaz (termos amplamente utilizado por BRESSER-PEREIRA) precisa transferir a execução de políticas públicas para as instituições com a natureza competente, especializada e democrática, sendo que o terceiro setor, supostamente atenderia a essas prerrogativas. Segundo Duarte (2008, p.65):

[...] corrobora-se que o terceiro-setor tem funcionalidade diante da conjuntura de reestruturação do capital que se desdobra em duas dimensões: a) na contribuição com o processo de redimensionamento do Estado, minimizando sua intervenção no enfrentamento das expressões da questão social; b) na promoção de um clima de

aliança e igualdade entre as classes sociais, o que obscurece o conflito e fragiliza a luta e a resistência dos trabalhadores na contemporaneidade.

Estas condições confirmam a reflexão colocada por PEREIRA (2012, p.25) que “Com efeito, no capitalismo, especialmente em sua fase neoliberal, o intento de exercitar a democracia tem encontrado obstáculos que são de natureza estrutural [...] cidadania associada ao consumismo”. Montañó (2010, p.162), confirma essa reflexão:

Uma democracia dentro da ordem, sem questionar/alterar a propriedade privada e a hegemonia da fração de classe no poder- que permite tanto a exploração e as formas de submissão e dominação sociais quanto a direção político-ideológica da população, que não questiona/altera nenhuma variável econômica ou política sistêmica, que mantém/reforça as fontes de poder da (fração de) classe hegemônica, e, busca, no lugar das (suprimindo as) lutas de classes, a parceria entre estas, como caminho para a democratização- é um projeto condenado a ser mais um processo instrumentalizado pelo capital e, portanto, funcional a ele.

Desde a década de 1970, com o ingresso de novos sujeitos coletivos no cenário político, e com a retomada da democracia com a abertura de espaços de participação social, (fóruns, congressos, conferências, etc) atrelados à ampliação de espaços de organização e discussão de determinadas realidades sociais, políticas e/ou econômicas que a concepção sobre a natureza, impacto e articulação dessas organizações vem sendo debatidos com mais destaque.

Diante de tantos sujeitos coletivos de distintas concepções político-ideológicas, distintas formas de atuação em relação ao Estado e a sociedade, a formulação sobre a ‘articulação em rede de movimentos’ de Scherer-Warren (2012), tem contribuído para compreendermos de forma mais próxima da realidade os processos de organização e articulação dos movimentos sociais na atualidade.

De acordo com Scherer-Warren (2012), é por meio de redes articuladoras que as associações, movimentos sociais e demais organizações que compõem a sociedade civil são capazes de agregar demandas, intermediar interesses e coordenar as ações, tornando-se responsáveis por dar densidade às demandas, propondo também alternativas possíveis para a resolução das questões em pauta. Um dos mecanismos elementares dessa forma mais complexa de estabelecer vínculos entre os movimentos sociais está ligada aos novos meios de comunicação, principalmente internet, delimitando uma nova forma de se comunicar e de traçar estratégias desses movimentos. (SCHERER-WARREN, 2012)

Por mais que caibam críticas a esta concepção sobre as novas formas de articulação em rede das organizações coletivas, dado os limites configurados principalmente acerca da generalidade e da concepção de emancipação e autonomia dessas formas organizativas frente

ao Estado e ao mercado, sua análise contribui bastante para compreender os fenômenos de mobilizações mais recentes no contexto mundial, que ocorreram a partir de 2008 e tiveram fortemente ligados às redes sociais.

Nesta conjuntura de diversos projetos societários em disputa emergidos na hegemonia neoliberal, Duriguetto e Montañó (2011) nos dão uma proposição sobre o cenário atual acerca dos movimentos sociais, pois, para os autores, é necessário uma mediação entre a totalidade e as particularidades nacionais e locais, para estabelecer vínculos, já que somente com a tomada do poder político e socialização da riqueza socialmente produzida será possível a construção de um projeto de contra hegemonia que integrem interesses prático-interventivos aos interesses ético-políticos, ou seja, é necessário lutar por direitos dentro da democracia capitalista, sem perder o horizonte revolucionário, ambos em consonância com um projeto societário emancipatório.

Como vimos até aqui, os movimentos sociais tiveram grande impacto na sociedade capitalista, esses sujeitos políticos têm a capacidade (dada as correlações de forças conjuntural) de impor/direcionar transformações significativas em prol da classe trabalhadora.

É quando a classe trabalhadora exige que suas demandas sejam reconhecidas pelo Estado, e o confronto a criarem respostas políticas a essas demandas, que são criadas as condições materiais e históricas para o surgimento do Serviço Social, ou seja, a história da nossa profissão está intrinsicamente ligada à luta de classes, circunscrevendo-se em um posto com diversas contradições. Cabe destaque que o Serviço Social ao longo do seu desenvolvimento enquanto profissão interveio de diversas maneiras nos movimentos sociais. Para que possamos compreender como se dá a prática profissional junto aos movimentos sociais na atualidade, precisaremos antes discorrer sobre a dimensão prático-interventiva do Serviço Social, por isso, este será o tema do capítulo a seguir.

3 A RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: HISTORICIDADE E PRÁTICAS INTERVENTIVAS

O Serviço Social tem sua origem vinculada ao processo de ingresso da classe trabalhadora no cenário político, que por meio de enfrentamento exige das classes dominantes o provimento de condições para sua sobrevivência. É neste processo onde o Estado é chamado a responder demandas da classe trabalhadora no contexto do capitalismo monopolista, que dá origem as políticas sociais, proporcionando o surgimento do Serviço Social enquanto profissão. Ou seja, desde sua origem, o Serviço Social (conservador) está atrelado aos movimentos de luta dos trabalhadores e trabalhadoras, mesmo considerando aqui o caráter de um profissional que atua na mediação de conflitos e conciliação de classe, a princípio.

Neste capítulo abordaremos a relação histórico interventiva do Serviço Social com os movimentos sociais, atentando para o entendimento teórico e a direção ético-política que determinam as práticas interventivas desses profissionais junto aos movimentos sociais.

Discorreremos primeiramente, sobre a relação histórica do Serviço Social com os movimentos sociais, em seguida discutiremos sobre a dimensão prática-operativa da(o) assistente social, para investigarmos quais as intervenções utilizadas ao longo da profissão na atuação junto aos movimentos sociais, como se deu, ao longo da história da profissão essa relação, até o atual momento.

3.1 A RELAÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS ATÉ A CONTEMPORANEIDADE

No marco do capitalismo monopolista, quando a classe trabalhadora por meio de enfrentamento passa a exigir no cenário político garantias de condições de sobrevivência, atrelado, principalmente, aos direitos trabalhistas, o Estado é obrigado a dar respostas para além da coerção e opressão, sendo chamado a responder de forma racionalizada a então posta questão social, e por meio das políticas sociais incorpora novas ações no âmbito dos serviços sociais, criando o aparato necessário para a profissionalização do serviço social. Como coloca Iamamoto (2009, p.77) “a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do estado.” Em outros termos:

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. (IAMAMOTO, 2009, p.77)

No Brasil há vários determinantes, como o colonialismo e a escravidão, que tornam as expressões da questão social particulares, influenciando as condições objetivas de enfrentamento das organizações coletivas frente ao Estado e as respostas que o Estado dá para as demandas oriundas da questão social, o que reflete também no direcionamento da profissão e na relação desta com os movimentos sociais.

O Serviço Social brasileiro emerge no início da década de 1930 fortemente vinculado à Igreja Católica, em uma conjuntura ainda marcada pela escravidão, e com uma classe trabalhadora proletária em formação, com altos índices de trabalho informal, com baixo índice de trabalhadores formais, que estavam iniciando sua organização em sindicatos, lutando por direitos trabalhistas mínimos, e um Estado extremamente opressivo, ou seja, o Serviço Social surge entre a caridade e a opressão. (IAMAMOTO, 2009)

A profissão se institucionaliza dentro da divisão capitalista do trabalho, como partícipe da implementação de políticas sociais específicas levadas a efeito por organismos públicos e privados, inscritos no esforço de legitimação do poder de grupos e frações das classes dominantes que controlam ou têm acesso ao aparato estatal.” (IAMAMOTO, 2009, p.111)

Como coloca Marques e Moro (2011) antes da década de 1950, de forma geral, o Serviço Social não estabeleceu vínculos significativos com os movimentos sociais, dado que o Serviço Social, neste momento, é direcionado pela Doutrina Social da Igreja Católica, vinculada ao pensamento neotomista, estabelecendo assim, ações pragmáticas, de cunho conservador em relação aos movimentos sociais. (MARQUES; MORO, 2011).

A formação dessas profissionais teve como grande referência o pensamento conservador da Igreja Católica, [tal escola originam-se do desenvolvimento do Centro de Estudos e Ação Social (Ceas) vinculado à Igreja Católica, fundado em 1932.] tendo o neotomismo como fundamento a partir do estudo de encíclicas papais e de reflexões sobre o papel profissional com base em orientações moralizadoras, no sentido de ensinar à população comportamentos e formas de vida mais “adequadas socialmente”. (CARDOSO, P., p.1, 2017)

A partir da década de 1950 o Serviço Social na América Latina passa por outro processo, sob influência do imperialismo norte americano, com o objetivo de difundir e consolidar o capitalismo monopolista nos países subdesenvolvidos, por meio de ações

vinculadas ao desenvolvimento econômico e social desses, foi implementado os programas de Desenvolvimento de Comunidade, onde o Serviço Social sofreu influência na formação e na atuação, sendo os assistentes sociais um dos principais profissionais a atuarem nesse campo. (NETTO, 2009)

A incorporação do Desenvolvimento de Comunidade propiciou uma aproximação do Serviço Social com os sujeitos/usuários no cotidiano profissional, apreendendo de maneira mais orgânica as realidades microssociais, é importante considerar também que a década de 1950 é marcada por um cenário onde a organização dos sujeitos coletivos estava em ascensão, o que proporcionou, um importante espaço de reflexão para o Serviço Social. (NETTO, 2009)

O Desenvolvimento de Comunidade pauta suas propostas na resolução dos problemas sociais nas comunidades, constituindo núcleos básicos para isso. A participação popular desses núcleos nos programas do governo era tida como essencial na proposta de integração social e desenvolvimento do país. [...] Todavia, nesse mesmo contexto, a participação popular ganha também contornos críticos, redefinindo a intervenção profissional na perspectiva vinculada as lutas das classes subalternas e aos processos de democratização, sendo, sem dúvida, elemento central na politização das relações sociais e de intervenção crítica e consciente das classes, assim como de desenvolvimento teórico – político da profissão. (MARTINS, 2013, p.5)

Para Netto (2009, p.137) o Desenvolvimento de Comunidade mesmo apoiado em uma perspectiva teórica-ideológica acrítica, mistificando os processos sociais e que não tinha como objetivo uma ruptura com fundamentos do Serviço Social tradicional, ainda assim, ele dá uma margem de espaço para preocupações relacionadas às relações microssociais.

Nesse bojo, como coloca Marques e Moro (2011), os diversos movimentos de esquerda da Igreja Católica na América Latina, como a Teologia da Libertação com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e a Ação Popular (AP), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC), e os envolvidos com a Educação Popular, de influência de Paulo Freire com o Movimento de Educação de Base (MEB), se fortaleceram, influenciados por um sentimento de libertação nacional e social. (MARQUES; MORO, 2011)

Em resposta às iniciativas e organização de movimentos progressistas que tinha como horizonte reformas de base, as classes dominantes se unem aos militares e iniciam a Ditadura Militar em 1964, criminalizando os movimentos sociais para impedir qualquer tipo de organização coletiva. (GIANOTTI, 1988)

A autocracia burguesa instaurada na década de 1960 dificultou o processo de

organização coletiva dos movimentos sociais como um todo, e neste período, também a recente relação dos assistentes sociais com os movimentos sociais foi fragilizada.

Segundo Netto (2009), a partir da década de 1970 surge no Serviço Social brasileiro uma necessidade de se atualizar diante das novas demandas emergentes oriundo de uma sociedade em plena expansão industrial e com novas expressões da questão social agravadas, sendo assim, o Serviço Social inicia um processo de repensar a profissão. O autor identifica que há duas vertentes que se destacaram no movimento de reconceituação do Serviço Social, diante do ‘caleidoscópio’ de tendências, a primeira fortalecendo a posição de manutenção do Serviço Social conservador, onde as bases fundamentais do serviço social não são postas em cheque, representadas pela ‘modernização conservadora’ e ‘atualização do conservadorismo’; e a chamada pelo autor de ‘intenção de ruptura’, vertente que no sentido contrário, visa romper com o serviço social clássico, incorporando à profissão uma teoria social crítica, que visa a superação do neopositivismo e da doutrinação católica, fortalecendo a influência marxista.

O processo de ebulição de manifestações populares de diversos movimentos sociais torna elemento fundamental para que o Serviço Social se posicione a partir das implicações políticas de sua prática interventiva, orientada pela “[...] busca de fundamentos científicos mais sólidos que orientem a atuação, ultrapassando a mera atividade técnica. [...] e como esta pode ser repensada a serviço [...] dos setores populares e de sua organização autônoma.” (IAMAMOTO, 2009, p.121)

O processo do movimento de reconceituação do Serviço Social junto as lutas por redemocratização do país, contra a ditadura, influenciou a aproximação do Serviço Social às pautas políticas do país, possibilitando também o fortalecimento da ‘Intenção de Ruptura’.

“O direcionamento crítico da profissão, circunscrito pela intenção de ruptura, sintetiza os ideais democráticos em favor da classe trabalhadora [...], do intercâmbio e a interlocução entre os diversos movimentos sociais que se uniram pela redemocratização.” IAMAMOTO (2009, p.121) Nesse mesmo sentido Netto afirma que:

A luta contra a ditadura e a conquista da democracia política possibilitaram o rebatimento, no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários diferentes, que se confrontavam no movimento das classes sociais. As aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos interesses dos trabalhadores, foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social. Pela primeira vez, no interior do corpo profissional, repercutiam projetos societários distintos daqueles que respondiam aos interesses das classes e setores dominantes. (NETTO, 2009, p.11)

Com o fim do regime militar e o processo de redemocratização, o Serviço Social crítico ganha força e toma uma direção de superação do Serviço Social tradicional, este movimento se vigorou muito devido à aproximação do Serviço Social com diversos sujeitos coletivos que reivindicavam o direito à cidadania, às políticas sociais, à saúde, assistência, previdência social, educação e diversas demandas destacadas pelos sujeitos coletivos organizados. (MORO; MARQUES 2011)

É numa conjuntura político-econômica, em que já não se pode desconhecer as manifestações populares, diante do revigoramento dos movimentos sociais e do processo organizativo das diversas categorias profissionais, que a prática profissional do[a] Assistente Social passa a ser analisada a partir das implicações políticas do papel desse intelectual vinculado a um projeto de classe.” (IAMAMOTO, 2009, p.121)

O Serviço Social crítico afirma seu compromisso com os interesses da classe trabalhadora, suas organizações e movimentos sociais e a defesa dos direitos humanos ao posicionar em seus arcabouços legais regulamentados posicionamentos em favor desta classe, o Código de Ética de 1986 a categoria demonstra esta posição, reafirmando na década de 1990 com a Lei de Regulamentação da Profissão do Serviço Social (Lei 8.662/1993), no Código de Ética Profissional de 1993 e nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996 o compromisso em favor da classe trabalhadora no conteúdo desses documentos.

Nesse momento, os assistentes sociais, além de avançarem em sua própria organização como categoria profissional, rumo à organização sindical, encontraram um terreno fértil para se desenvolverem no trabalho profissional, portanto, como assalariados, nas organizações da classe trabalhadora; um trabalho realizado, fundamentalmente, a partir de instituições (tradicionais) empregadoras de assistentes sociais abertas a essa tendência da prática profissional e com base na articulação com os movimentos sociais populares da classe trabalhadora, incentivando os processos organizativos e apoiando as suas lutas e reivindicações; mas, também, em instituições de organização autônoma da classe trabalhadora, como os sindicatos, por exemplo. (CARDOSO; LOPES, 2009, p. 5)

Nos anos de 1990 cresceu a demanda para o Serviço Social nas assessorias de organizações coletivas e também nas demais organizações, isso ocorreu primeiramente devido a conjuntura de reestruturação produtiva e reforma do aparelho do Estado que exigiu a reorganização das instituições. O conhecimento do Serviço Social foi solicitado a responder tanto “[...] na perspectiva da busca da garantia dos direitos da população usuária, como ao contrário com vistas a contribuir para aprofundamento da redução de direitos que a citada

reforma e a reestruturação produtiva promoveram.” (MATOS, 2009, p.3).

Para Netto (2009) um dos principais marcos do Serviço Social crítico é a compreensão do Serviço Social enquanto uma profissão de natureza contraditória, que atende aos interesses de ambas classes, inserida na divisão social e técnica do trabalho, que tem seu marco na publicação em 1982 do livro escrito por Raul de Carvalho e Marilda Iamamoto ‘Relações sociais e Serviço Social’. De acordo com Carvalho e Iamamoto (2009, p.75):

[...] a intervenção profissional do[a] assistente social responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto”. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, dá resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história.

Não se trata de considerar as imposições do mercado de trabalho, o que conduziria o profissional apenas à sujeição às ações a ele imputadas (fatalismo), nem de desconsiderar esses determinantes, atribuindo assim à prática-interventiva como condutora das transformações sociais (messianismo). (IAMAMOTO, 2009).

[...] o [a] assistente social possui uma relativa autonomia, que lhe permite imprimir à sua intervenção uma direção social. Tal autonomia é, igualmente, transpassada e dependente da correlação de forças presente na dinâmica da luta de classes e se expressa nos distintos espaços ocupacionais de forma particular. (IAMAMOTO, 2008, p. 220)

Ao se entender também como parte da classe trabalhadora, as (os) assistentes sociais fortaleceram a sua organização enquanto categoria profissional, em suas lutas a direitos trabalhistas. Segundo Marques e Moro (2011) o ingresso do envolvimento político da categoria se deu com o marco da criação da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS), fundada em 1983, que proporcionou a articulação das [os] assistentes sociais enquanto categoria profissional e classe trabalhadora na luta pelos direitos trabalhistas. Para as autoras, ainda, esse ingresso da categoria nas lutas trabalhistas mais gerais, potencializou a relação com os movimentos sociais de lutas por direitos, formando uma aliança entre a categoria e os setores populares, no apoio à diversas lutas sociais, objetivando a alteração da correlação de forças.

O primeiro momento de síntese desse processo de crítica e indicação da possibilidade de vinculação da profissão à luta e organização dos trabalhadores, orientada pelos interesses dessa classe, se expressa em um contexto econômico e político bastante favorável, no âmbito do movimento de ascensão das lutas sociais populares e, em particular, da organização e luta dos trabalhadores no país. (CARDOSO; LOPES, 2009, p. 5)

Duriguetto (2009) afirma que o contexto de redemocratização foi um cenário de redefinição das ações prático-políticas dos movimentos sociais, reorientando suas ações em esforços para estabelecer diálogo, negociação e parcerias com o Estado, conformando uma nova forma de garantir seus interesses. Os movimentos sociais passam a exigir reconhecimento e garantia de espaços democráticos para representarem seus interesses.

Esses espaços de participação social conformam espaços de luta de classes que (apesar das limitações dada a burocratização e institucionalização) são campos de trabalho das assistentes sociais privilegiados acerca das possibilidades de propor estratégias de fortalecimento das organizações coletivas.

Para Baldi e Duriguetto (2002) é necessário analisar com mais critério como se dá a intervenção prático-operativa da(o) assistente social, enquanto trabalhador(a) assalariada(o) e considerando a própria natureza contraditória da profissão, junto aos movimentos sociais, no sentido de pensar ações que possibilitem a instrumentalizar os usuários, de modo que esses consigam exigir serviços e políticas sociais eficientes ao Estado por meio das lutas e organizações coletivas.

3.2 A PRÁTICA PROFISSIONAL DA(O) ASSISTENTE SOCIAL

Entender o Serviço Social enquanto uma profissão reconhecida e circunscrita na divisão social e técnica do trabalho, confere-lhe uma dimensão interventiva pressuposta em processos de trabalhos, e atribui ao exercício profissional três dimensões fundamentais, de acordo com as diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996, são elas: as dimensões teórico-metodológica, ético-política e prático-operativa, tendo cada uma suas especificidades, integrando assim uma unidade indissociável.

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p.7).

A dimensão teórico- metodológica refere-se à capacidade de apreender e relacionar à prática interventiva ao método e as teorias. A dimensão ético-política incorpora os valores e princípios que norteiam os objetivos e finalidades da prática profissional. A dimensão técnico-

operativa está relacionada à capacidade técnica do profissional na escolha, articulação e uso dos instrumentos para realizar suas finalidades profissionais. (GUERRA, 2012)

Para Guerra (2012) entender estas dimensões enquanto unidade é de fundamental importância para que, na prática profissional o equívoco de conceber a teoria desanexada à prática seja superado. Pois não há um processo dicotomizado, onde a prática pode ocorrer sem relação aos conceitos teóricos e a concepção política que lhe direcionam.

As estratégias e técnicas de operacionalização devem estar articuladas aos referenciais teórico-críticos, buscando trabalhar situações da realidade como fundamentos da intervenção. As situações são dinâmicas e dizem respeito à relação entre assistente social e usuário frente as questões sociais. As estratégias são, pois, mediações complexas que implicam articulações entre as trajetórias pessoais, os ciclos de vida, as condições sociais dos sujeitos envolvidos para fortalecê-los e contribuir para a solução de seus problemas/questões (ABEPSS, 1996, p.14).

De forma mais simples, o que conforma a prática- interventiva do profissional, é a capacidade de, a partir de uma análise da realidade (dimensão teórico-metodológica) conseguir criar estratégias (dimensão técnico-operativa), que estão alinhadas ao projeto profissional (dimensão ético-política). (SANTOS, 2013). Para a autora:

Além das competências teórico-metodológica e ético-política encontram-se, também, a competência técnica, relacionada à habilidade do profissional na utilização dos seus instrumentos de trabalho, que condiciona a qualidade técnica da ação profissional. Contudo, os profissionais precisam adquirir todas essas competências e articulá-las para materializar as intencionalidades da profissão na prática profissional. Entretanto, ressaltamos que o manuseio dos instrumentos exige habilidades técnico-operativas que vão para além do domínio dos procedimentos corretos como, por exemplo, realizar uma entrevista, reunião etc. A aplicação dos instrumentos articula, também, dimensões econômico-sociais. (SANTOS, 2003, p.5)

Por isso, ao se afirmar que na prática a teoria é outra, e que é necessária a apreensão de técnicas e instrumentos de forma mais sistematizadas, essas afirmativas se conformam a “uma concepção de teoria social [positivista] como um conjunto de regras, modelos, procedimentos e referenciais instrumentais precisos, que podem ser imediatamente aplicados à realidade.” (GUERRA 2009, p.89). Nesta concepção a teoria tem um significado utilitarista, onde seu valor está na capacidade experimental e prática com a realidade, como colocam Guerra e Forti (2010, p.5) “[...] a ideia de que na prática a teoria é outra se sustenta [...] na concepção de que a teoria tem a possibilidade de ser implantada na realidade social e/ou tem a capacidade de dar respostas imediatas questões.”

A hipótese de se criar modelos de acordo com experiências já realizadas não se sustenta na dinâmica real, pois a “[...] teoria e prática como pólos opostos se confrontam a todo

momento: questionam-se, negam-se e superam-se, a ponto de encontrarem uma unidade que é sempre histórica, relativa e provisória.” (GUERRA, 2009, p.97). Compreendemos dessa forma que:

[...] o[a] assistente social que situa a dimensão intelectual que lhe compete, compreende que operações particulares têm conexão com a totalidade e requerem a aquisição de preparo teórico (ético-político) e metodológico capaz de desvelar e efetivar sua atividade profissional. (GUERRA; FORTI, 2010, p.10)

No decorrer da profissão as três dimensões, que são parte de uma unidade, sempre estiveram impostas, porém em determinadas circunstâncias históricas e hegemônicas de projetos profissionais distintos temos uma ou outra dimensão que ganha maior evidência sobre as demais.

Considerando as três dimensões, podemos afirmar que a (o) assistente social “tem responsabilidade e chance de escolha, de imprimir sentido, direção valorativa e finalidade às suas ações, uma vez que portador de relativa autonomia na execução da sua atividade.” (GUERRA; FORTI, 2010). Sendo necessário, no entanto, ter capacidade intelectual, conhecendo os fundamentos teóricos e metodológicos, bem como, ético-políticos que lhe permitam agir na realidade social, “sem o obscurecimento de idealismos e dos limites das intervenções que não ultrapassam o plano das intenções, pois desconexas da realidade.” (GUERRA; FORTI, 2010, p.9).

Ao elucidarmos a importância da concepção de unidade da prática profissional, voltaremos o debate para a relação prática interventiva dos assistentes sociais junto aos movimentos sociais. De acordo com Guerra (2012, p.66). “É necessário investir em estratégias e táticas socioeducativas de organização e mobilização dos sujeitos com os quais trabalhamos na perspectiva de que eles se organizem como sujeitos coletivos.”

Dentre os desafios da profissão, temos o de nos constituirmos em profissionais capazes de atuar sobre a realidade, identificando e apropriando-nos criticamente de suas demandas, reconfigurando-as e enfrentando-as de maneira eficaz e eficiente, do ponto de vista dos compromissos assumidos pela categoria com a sociedade brasileira, expressos no projeto profissional. (GUERRA, 2009, p.87)

É a dimensão ético-política que permite a escolha de fortalecer um determinado grupo e identificar saídas que não estão conformadas nos limites institucionais, estabelecendo uma relação do poder profissional ao poder de classe. (SANTOS, 2003)

[...] o exercício da dimensão política da prática faculta ao profissional questionar, alterar momentaneamente, modificar ou transformar de modo radical as relações de poder. Neste caso, portanto, ao questionar a dimensão instrumental, é possível que o[a] assistente social a enfrente, superando a mera ação de responder instrumentalmente às demandas da instituição. (GUERRA, 2009, p.85)

Ao assumirmos enquanto projeto ético-político a classe ao qual devemos fortalecer, temos um compromisso com as organizações de lutas coletivas dos trabalhadores, ou seja, precisamos conectar a nossa intervenção, de maneira que tenha impacto positivo aos movimentos sociais. A aproximação do Serviço Social às organizações coletivas da classe trabalhadora se coloca enquanto um desafio para a profissão, sendo necessário assim, “[...] resgatar sistematizar e fortalecer o potencial inovador contido na vivência cotidiana dos trabalhadores, na criação de alternativas concretas de resistência ao processo de dominação.” (IAMAMOTO, 2009, p.121).

O [a] Assistente Social, através da prática direta junto aos setores populares, dispõe de condições parcialmente privilegiadas de apreender a variedade das expressões da vida cotidiana, por meio de um contato estreito e permanente com a população. Sendo esta proximidade aliada a uma bagagem científica, que possibilita e caracteriza sua intervenção. (IAMAMOTO, 2009, p.115)

Sendo necessário identificar estratégias que reorientem a prática profissional a serviço dos interesses e necessidades da classe trabalhadora, ressignificando e “[...] consolidando junto a eles novas fontes de legitimidade para o Serviço Social.” (IAMAMOTO, 2009, p.121). Ou seja, o grande desafio do Serviço Social, é o de apreender o movimento dialético de avanços e recuos da consciência e encontrar espaços que levem à generalidade humana para desmistificar a realidade alienada.

3.3 AS PRÁTICAS INTERVENTIVAS DA(O) ASSISTENTE SOCIAL JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O processo de intensificação da reestruturação produtiva na década de 1990 comprometeu significativamente o processo organizativo dos movimentos sociais e sindicais. A implementação de novos processos de produção ‘toyitizados’ incidiu em uma fragmentação dos movimentos sindicais enfraquecendo-os. As políticas de retiradas de direito e de inflexibilidade diante das exigências dos trabalhadores atrelada a um fortalecimento e disseminação da ideologia da crise que impulsionaram a ideia de colaboração de todos e criminalização de posturas combativas, entendidas como ‘desordem’. Essa conjuntura atrelada

ao desemprego estrutural ainda mais acentuado, as condutas individualistas e à ideologia de meritocracia, conduziram a uma rejeição da sociedade e ao receio dos sujeitos diante das organizações coletivas.

No contexto de política neoliberal a ausência de perspectiva coletiva e o profundo individualismo gera uma desvalorização e criminalização das organizações coletivas o que também se expressa como mais um desafio aos assistentes sociais. (FERNANDES, 2015)

É necessário compreendermos a complexidade do cotidiano para que enquanto assistentes sociais, consigamos junto aos usuários traçar estratégias visando o fortalecimento e incidência da organização coletiva. Pois, conforme Netto 2005, citado por Fernandes (2015, p.2)

Lukács nos apresenta três elementos presentes na vida cotidiana: heterogeneidade, imediatividade e superficialidade extensiva. A heterogeneidade e a imediatividade conduzem os indivíduos a atitudes que consideram apenas aspectos superficiais da situação vivenciada, levando em conta o somatório dos fenômenos sem considerar as relações que os vinculam e que exigiriam uma análise mais profunda e reflexiva, enquanto a superficialidade extensiva aparece como resultante das duas primeiras.

Considerando a complexidade que Netto (2005) propõe, conseguimos compreender as dificuldades encontradas por profissionais que atuam junto à população em uma perspectiva de organização coletiva, sendo ainda necessário analisar o movimento da sociedade dado os determinantes do seu período histórico.

[...] a fragmentação e desmobilização em relação às causas coletiva numa conjuntura de descenso e apatia pela qual passam os movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos que representam os anseios da classe trabalhadora são determinantes. A reprodução dessa apatia e desmobilização de grande parte dos usuários do Serviço Social, que em geral pertencem às camadas sociais mais pobres, ocorre porque eles não estão alheios aos acontecimentos da sociedade em que estão inseridos, mesmo que através de uma inserção marginalizada. (FERNANDES, 2015, p.1)

Para Fernandes (2015, p.8), é necessário, que a (o) assistente social em sua atuação sempre vise a superação da alienação dos usuários, “[...]tanto no que se refere à necessidade de evitar uma prática que unicamente reproduz a ordem vigente; como no que se refere ao entendimento de características que conduzem à alienação.”

Para definirmos uma panorama da prática interventiva da(o) assistente social junto aos movimentos sociais e demais organizações da classe trabalhadora. Lopes e Cardoso (2009) identificam algumas atuações em destaque: 1) na atuação em espaços ocupacionais das instituições de organização autônoma da classe trabalhadora, enquanto empregadora desses

profissionais; 2) atuando em instituições diversas que mantém vínculos com movimentos e organizações da classe trabalhadora, 3) em espaços que promovem a participação social, como conselhos.

Esse vínculo profissional pode ser de maneira perene ou no formato de assessoria, quando o profissional é chamado a atuar de maneira breve, pontual, ou ainda que de forma prolongada, atuando apenas na elaboração de propostas e não implementando-as nessas instituições. Cabe neste momento, de forma geral, nos aproximarmos do significado de assessoria e como se configura este trabalho para a(o) assistente social.

Para nos aproximarmos dessa concepção de prática interventiva, identifiquemos que, em geral, existe uma compreensão de assessoria bastante confusa, “ora entendida como a supervisão profissional, ora como trabalho interventivo junto a comunidades ou movimentos sociais, ora como militância política.” (MATOS, 2009, p.5).

Para Matos (2009), cada vez mais há uma maior relevância na participação política, e é necessário identificar que nem todas as contribuições que muitos assistentes sociais dão a diferentes entidades de mobilização política são consideradas assessorias. O autor afirma que a formação profissional e a experiência dos assistentes sociais possibilitam um domínio sobre as políticas sociais e de práticas educativas com a população, por isso a relevância deste profissional no processo de consultoria/assessoria.

Para objetivo de conceituação “assessoria é aquela ação que visa auxiliar, ajudar, apontar caminhos. Não sendo o assessor um sujeito que opera a ação e sim o proponente desta, junto a quem lhe demanda esta assessoria.” (MATOS, 2009, p.6). Ou seja, consultoria/assessoria é uma “[...] ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade.” (MATOS, 2009, p.5).

A profissional assessora desempenha uma função de traçar estratégia de acordo com sua apreensão da realidade, baseada em conhecimento sobre a matéria, e a (o) assistente social, ao ser um profissional generalista, com conhecimento geral sobre políticas sociais, realidade social e econômica brasileira deve aprimorar seus conhecimentos para ser capaz de, quando assessorando uma instituição da classe trabalhadora, propor alternativas que fortaleçam o desenvolvimento dessas.

Enquanto agente externo, a assessora assume uma posição privilegiada para observar e relacionar fatores gerais que incidem sobre a problemática da instituição, e a partir da sua capacidade profissional pode contribuir apontando caminhos e auxiliando no sentido de

desvelar questões que a equipe e o profissional, tem dificuldade para identificar. Para Matos (2009, p.9) “a assessoria pode vir a possibilitar uma contribuição concreta da categoria, por meio do seu exercício profissional, para a rearticulação e/ou fortalecimento dos movimentos sociais.”

Para Fernandes (2015) uma atuação que estimule processos organizativos da população é uma possibilidade de estratégia para que, em alguma medida, as (os) assistentes sociais consigam contribuir com processo de emancipação, visando que as (os) usuárias(os) se organizem em prol de políticas públicas que ultrapassem o paliativo.

A(o) assistente social, enquanto agente externa(o), pode atuar para romper com reprodução da problemática vivida por esses grupos, estimulando a promoção de condições para a atuação do grupo como protagonista da transformação, identificando a real demanda da população e avaliando de forma estratégica e política formas de provocar o poder público com o intuito de atender a essa demanda (FERNANDES, 2015). Sendo necessário assim “instrumentos e técnicas que possibilitem ao profissional a habilidade de realizar tais provocações e negociar com diferentes organismos [...] assim como organizar a população que tem que ser o sujeito ativo dessa ação.” (FERNANDES, 2015, p.9)

Para Lopes e Cardoso (2009) a dimensão educativa ou pedagógica sempre foram elementares nas práticas interventivas da(o) assistente social em relação a atuação junto às organizações coletivas, podendo inclusive estar atrelada à classe dominante, com objetivo de amenizar conflitos e persuadir os usuários em torno de um objetivo institucional. Como afirma Iamamoto (2009, p.113) “[...] a ação de persuadir, mobilizando o mínimo de coerção explícita para o máximo de adesão. [...] a esta se soma a ação ‘educativa’ que incide sobre valores, comportamentos e atitudes da população, segundo padrões sócio institucionais dominantes.” vai de encontro ao projeto ético-político crítico. Abreu (2008) entende que a função pedagógica se materializa “por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática” (ABREU, 2008, p.17).

A função pedagógica desempenhada pela(o) assistente social inscreve a prática profissional no campo das atividades educativas formadoras da cultura, ou seja, atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir, também entendido como sociabilidade. A formação da cultura, no pensamento gramsciano, adequa-se às necessidades do padrão produtivo e do trabalho, sob a hegemonia de uma classe.” (ABREU; CARDOSO, 2009, p.1.)

Segundo Abreu (2008) apesar das práticas pedagógicas conformarem na história do Serviço Social uma pedagogia atrelada aos mecanismos de controles e reprodução do ideal

burguês, nas três últimas décadas, emergem na profissão práticas pedagógicas vinculadas ao interesse das classes subalternas. Ou seja, “A função pedagógica do [da] assistente social é analisada tendo em vista o nexos orgânico presente entre as relações pedagógicas e a construção de determinada hegemonia.” (MARTINS, 2013, p.3)

[...] a “função pedagógica” do [da] Assistente Social se localiza na elaboração e difusão de ideologias no processo de organização da cultura. A intervenção deste profissional compõe o cotidiano do embate entre as classes sociais através de espaços sócioocupacionais no campo das políticas públicas e privadas, na formulação e gestão de recursos humanos, serviços sociais, e nos processos de luta e resistência das classes subalternas. (MARTINS, 2013, p.3)

Para Cardoso e Lopes, há três estratégias para que a(o) assistente social consiga se aproximar de forma que sua intervenção fortaleça as organizações coletivas, são elas:

- a) prestar assessoria técnica e apoio político aos setores organizados da classe trabalhadora, na criação de mecanismos de resistência e de luta, em âmbitos local, nacional e também mundial, em todas as esferas da vida social;
- b) desenvolver junto aos trabalhadores atividades educativas formadoras de um modo de pensar e de agir que lhes permitam a constituição de um núcleo organizatório que se proponha a tarefa de unificar as experiências parciais de setores organizados das classes subalternas, em uma alternativa política – um projeto global concreto que acene com as possibilidades de transformação da sociedade;
- c) desenvolver um trabalho pedagógico junto aos trabalhadores, em suas instituições de organização, que contribua com os mesmos, para a formulação e implementação de uma política que concretize a participação das massas que, pela prática concreta, alcance a necessidade de quebrar seus limites e, de forma organizada, construa novas relações hegemônicas. (CARDOSO; LOPES 2009, p.16)

Com a reorganização dos movimentos sociais nos modelos de participação social institucionalizados e atrelados ao Estado, os assistentes sociais passam a participar deste processo tanto enquanto representante institucional, quanto, organizando e fortalecendo os representantes dos usuários. Abreu e Cardoso (2009, p.14) destacam que este modelo de participação social tem limites de natureza institucional e burocrática e que a “atuação aponta para a despolitização e cooptação das classes subalternas e contribui para a debilitação e inibição das formas de resistência e pressão em torno de seus interesses imediatos e históricos.” Porém, esse contexto se abre para um desafio de como reorganizar a classe trabalhadora para utilizar esses espaços de maneira que consiga interferir e pressionar o Estado para que atenda às suas demandas.

Nessa direção, as estratégias de mobilização social e organização referem-se à participação na construção dos referidos conselhos, não como mecanismos de colaboracionismo de classes, mas como espaços de luta, espaços de enfrentamento

entre interesses antagônicos, na explicitação de demandas das classes subalternas e implementação de respostas às suas necessidades. (ABREU; CARDOSO, 2009, p.12)

Vimos até aqui que a história do Serviço Social sempre esteve vinculada às demandas da classe trabalhadora e a sua organização e reconhecimento político. Atualmente o Projeto Ético-político da profissão se coloca a favor da classe trabalhadora e está associada a um Projeto Societário que tem como perspectiva a emancipação humana. Demonstramos neste capítulo como o Serviço Social estabeleceu ao longo da história, diferentes relações com as organizações coletivas, incidindo no seu modo de intervir nestas instituições, apontando nesse processo os movimentos de superações e desafios para os tempos atuais.

E, para compreender melhor a prática profissional junto às organizações coletivas na atualidade, analisaremos, no próximo capítulo, os trabalhos apresentados no último Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ocorrido em 2016, que trazem reflexões referentes à intervenção das(os) assistentes sociais nos movimentos sociais e organizações coletivas.

4 A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DAS(OS) ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: REFLEXÕES A PARTIR DAS PUBLICAÇÕES NO CBAS 2016

Como foi exposto na fase introdutória da pesquisa, as referências sobre os movimentos sociais no Serviço Social ainda são reduzidas em detrimento de outras temáticas, em parte isto se explica pelo enfraquecimento que as diversas organizações coletivas sofreram nas últimas décadas, especialmente a partir da reestruturação no mundo do trabalho e da implementação do projeto neoliberal.

O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro expressa de forma contundente estar a favor da classe trabalhadora, positivando esta afirmação no escopo de seu Código de Ética (1993) e manifestando esta proposição também em sua Lei de Regulamentação 8.883 de 1993 e em suas Diretrizes Curriculares de 1996, o que nos indica que este tema é relevante para o Serviço Social, como vemos no artigo 4º da Lei 8.883/1993, referente às competências do Assistente Social:

IX – prestar assessoria e apoio a movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade (BRASIL, 1993).

Para alcançarmos o objetivo da pesquisa- compreender as práticas interventivas das assistentes sociais junto aos movimentos sociais- nos debruçaremos em entender a relação que as(os) profissionais de Serviço Social têm com os Movimentos Sociais no contexto do cotidiano profissional. Para isso, a seguir serão analisados os trabalhos publicados no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais- CBAS, realizado em 2016, por entender que este encontro dá mais visibilidade às experiências cotidianas do exercício profissional das(os) assistentes sociais. Sendo assim, segue a análise do último CBAS, ocorrido em Olinda- PE (Pernambuco), acerca da relação das(os) assistentes sociais com os movimentos sociais, com ênfase na prática interventiva desses profissionais.

4.1 ANÁLISE GERAL DOS TRABALHOS PUBLICADOS NO CBAS ACERCA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A busca pelos trabalhos publicados no CBAS acerca dos movimentos sociais foi feita da seguinte maneira: primeiramente, iniciamos as buscas pelo Eixo Temático: “Movimentos Sociais e Serviço Social”, aqui encontramos trinta e quatro (34) trabalhos publicados, em um total de 1427 trabalhos.

Após este primeiro levantamento, foi feito uma segunda busca a partir de termos relacionados à temática (movimento social/ movimentos sociais- sociedade civil- participação popular- organização coletiva/ política/ sindical- luta(s)- e assessoria), pois compreendemos que o tema pesquisado- movimentos sociais- pode estar sendo tratado em outros eixos de forma secundária.

Considerando os trabalhos dispostos no Eixo Temático: Movimentos Sociais e Serviço Social, mais os trabalhos referentes às buscas por meio dos termos correlatos, foram encontrados um total de sessenta (60) trabalhos publicados acerca dos movimentos sociais, o que representa aproximadamente 4,20% do total de publicações.

Tabela 1- Percentual geral do número de publicações sobre movimentos sociais.

Evento	Total de trabalhos	Trabalhos sobre Movimentos Sociais	Porcentagem
CBAS 2016	1427	60	4,20%

Fonte: Autora

Por considerarmos a importância de compreender o todo, antes de nos debruçarmos às análises específicas sobre as práticas interventivas das(os) assistentes sociais junto aos movimentos sociais, considerando como práticas interventivas os relatos de experiências do cotidiano profissional, apresentaremos o panorama geral referente aos trabalhos estudados.

Sendo assim, identificamos cinco categorias centrais de pesquisas relacionadas aos movimentos sociais, são elas: a) Pesquisa e Investigação: os movimentos sociais enquanto objeto de pesquisa das(os) assistentes sociais; b) Extensão Universitária e Movimentos Sociais no processo de formação das(os) assistentes sociais; c) Movimentos Sociais enquanto espaço sócio ocupacional das(os) assistentes sociais; d) A(o) assistente social no processo de fortalecimento dos movimentos sociais: a articulação nos mecanismos de participação e

controle social e o engajamento de sujeitos às organizações coletivas; e) Organização Política e Sindical da categoria profissional das assistentes sociais.

Gráfico 1: Categorias de Pesquisas acerca dos movimentos sociais



Fonte: Autora

a) Pesquisa e Investigação: os movimentos sociais enquanto objeto de pesquisa das assistentes sociais;

Dentre os trabalhos analisados, trinta e seis (36) são análises relacionadas à organização e história de diversos movimentos sociais ou problemáticas vinculadas a esses movimentos. Essas pesquisas salientam a dimensão investigativa das(os) assistentes sociais, enquanto pesquisadoras(es), buscando compreender a organização, articulação e estratégias de diversos movimentos sociais, apontando com incidência nos trabalhos sobre o refluxo dos movimentos sociais e a influência das novas tecnologias (principalmente relacionadas à comunicação).

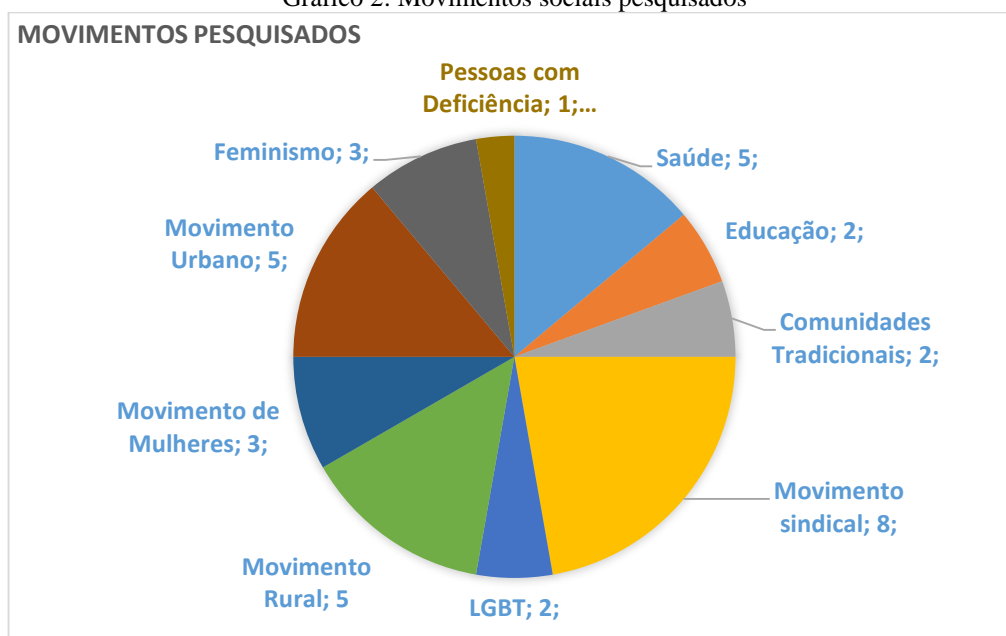
É interessante como a investigação ganha relevância, pois, há uma nítida intenção em desvelar o como se constituem e se processam esses movimentos, para assim, compreender como as habilidades profissionais das(os) assistentes sociais podem ser direcionadas de forma que fortaleçam e incrementem as ações e necessidades dos movimentos sociais e identificando lacunas a serem trabalhadas com os movimentos sociais, ou ainda, dando visibilidade a

histórias de lutas desses movimentos sociais que são esquecidas, distorcidas e/ou criminalizadas.

Além de investigar sobre a relação entre as(os) assistentes sociais e os movimentos sociais, identificamos o interesse por compreender as teorias que aportam os conceitos acerca dos movimentos sociais que dialogam com o arcabouço teórico da profissão. Em pesquisas desta natureza é comum verificar a atenção acerca da dimensão sócio histórica dos movimentos e seu impacto na formação de valores culturais e políticos, bem como o impacto desses nas políticas públicas e na vida geral dos militantes e da população.

Neste sentido, destacamos os temas mais pesquisados sobre os movimentos sociais no CBAS 2016:

Gráfico 2: Movimentos sociais pesquisados



Fonte: Autora

b) Extensão Universitária e Movimentos Sociais no processo de formação das assistentes sociais;

Os trabalhos que relataram experiências acadêmicas por via da prática de extensão universitária, representaram 7% do total, ou seja quatro (4) trabalhos de um total de sessenta (60), o que nos chama atenção, pois, demonstra que ainda permanece a aproximação entre a Universidade e os Movimentos Sociais, o que demarca um espaço positivo para uma formação profissional mais dinâmica, com ênfase no fortalecimento do trabalho interdisciplinar, tendo em vista que estes projetos de extensão não são específicos do Serviço Social, mas sim,

compostas por diversas especialidades, e ainda incentivam à prática de investigação da realidade e criação de propostas de intervenção.

Investigação-ação, enquanto procedimento metodológico utilizado no exercício profissional com os movimentos sociais urbanos, em experiências de campo-piloto de universidades e instituições públicas, considerada como [...] o caminho mais correto para o estabelecimento da unidade dialética teoria-prática, como forma de superar o teorismo e o pragmatismo, conferindo uma direção prática ao conhecimento. (RAICHELIS, 1982, p.76)

Percebe-se que há uma intenção dos docentes em tornar as relações do Serviço Social mais próximas dos Movimentos Sociais que dialogam com o projeto societário da nossa categoria profissional, havendo também nítido interesse dos discentes em relatar e dar visibilidade às experiências, aprendizados e reflexões que foram oriundas da prática de extensão universitária, tendo em vista que a maioria dos trabalhos foram apresentados por graduandos em Serviço Social.

É importante ressaltar que esta aproximação com os movimentos sociais, já no processo de formação profissional, pode ser uma possibilidade de mudar o quadro do exercício profissional, pois, os futuros profissionais já terão experiências concretas e próxima com algum movimento social, facilitando a criação de estratégias, no âmbito do Serviço Social, que contribuam com os objetivos desses.

c) Movimentos Sociais enquanto espaço sócio ocupacional das(os) assistentes sociais;

No âmbito mais geral, os trabalhos que se dedicaram a discutir sobre a atuação das(os) assistentes sociais no que se refere ao seu exercício profissional nos movimentos sociais representaram 13%, ou seja oito (8) trabalhos do total.

Um parcela dos trabalhos apresentaram questionamentos sobre a relação dessas(es) profissionais com os movimentos sociais, trouxeram em seu conteúdo o interesse pela identificação da natureza do vínculo das(os) assistentes sociais com os movimentos sociais, (enquanto profissional ou enquanto militante).

Nota-se também uma busca em descrever as atividades desempenhadas por essas (es) profissionais, enquanto assessoras (es), trazendo nesse bojo indagações sobre as competências e atribuições, e ainda, a discussão acerca da autonomia desses profissionais em organizações coletivas da classe trabalhadora, e quais os seus desafios e possibilidades dentro dessas instituições, o que permitiu um debate profícuo e cheio de reflexões.

d) A(o) assistente social no processo de fortalecimento dos movimentos sociais: a articulação nos mecanismos de participação e controle social e o engajamento de sujeitos às organizações coletivas;

Quatro (4) trabalhos analisados referem-se à atuação das(os) assistentes sociais nos espaços de controle e participação social institucionalizados pelo o Estado, como: Conselhos, Conferências e Fóruns, relacionados ao fortalecimento dos movimentos sociais e/ou organizações coletivas nesses espaços.

Consideramos este tema muito importante na construção de uma parceria entre o Serviço Social e os diversos movimentos sociais que optam em utilizar os mecanismos de participação e controle social como uma alternativa para afirmarem suas posições em busca de ganhos às suas lutas, estabelecendo assim um espaço importante de relação entre as(os) assistentes sociais, usuárias (os) de políticas sociais e as diversas organizações coletivas (entre elas os movimentos sociais).

Os trabalhos analisaram os desafios comuns nestes espaços, como: tendência de burocratização dos processos, pouca representatividade do interesses de usuárias (os), processo de “ongnização” dos espaços, etc. Relatando tentativas alternativas viáveis dentro desta realidade a fim de fortalecer e ampliar a participação social, e torná-la mais democrática e plural, em busca de um espaço que tenha um verdadeiro poder de pressão frente ao Estado, de forma que os interesses se direcionem em prol da classe trabalhadora.

e) Organização Política e Sindical da categoria profissional das(os) assistentes sociais;

Uma parte relevante dos trabalhos, oito (8) trabalhos, que representam 13% do total de publicações, trouxeram a discussão acerca da própria organização política da categoria, trazendo no bojo das discussões a importância de suas lutas, da organização política, de suas principais pautas, e ainda sobre a escolha do direcionamento ético-político ao longo de sua história.

Entre os debates sobre a organização política da categoria, destacaram-se a organização e atuação do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) e dos CRESS's (Conselhos Regionais de Serviço Social), para além da atribuição de fiscalização, pautados no

debate político interventivo, alinhado a ações políticas de fortalecimento da categoria profissional.

Outra questão bastante recorrente foi acerca do sindicalismo no Serviço Social, onde os trabalhos indicaram uma regressão no sentido da organização da categoria, apontando uma insatisfação a este modelo político organizativo para o Serviço Social.

Os trabalhos tentam demonstrar que a iniciativa de permanência e criação de novos sindicatos tende a dividir a categoria entre os que acreditam que o sindicato dos assistentes sociais tem condições de assegurar a melhoria da luta salarial e aqueles que consideram que a inserção profissional por ramo de atividade, consegue agregar as demandas gerais dos trabalhadores e obter melhores resultados para a categoria.

4.2 DISCUSSÃO SOBRE A PRÁTICA INTERVENTIVA DAS(OS) ASSISTENTES SOCIAIS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS;

Entre os trabalhos que trataram da temática movimentos sociais, iremos nos dedicar em especial às pesquisas que relataram práticas interventivas a partir dos relatos de experiências de assistentes sociais junto aos movimentos sociais⁶.

Dos trabalhos analisados, apenas quatro (4) trabalhos apresentaram em seu conteúdo reflexões sobre experiências concretas, no âmbito do exercício profissional, de assistentes sociais junto aos movimentos sociais. Representando apenas 6,66% dos trabalhos publicados sobre a relação das assistentes sociais com os movimentos sociais (total de sessenta e seis), o que de início já nos aponta que há uma dificuldade das profissionais de Serviço Social em se inserir como nessas organizações coletivas da classe trabalhadora.

Este número demonstra que ainda há poucos relatos de experiências no âmbito do exercício profissional da assistente social junto aos movimentos sociais, o que reforça a afirmação de pesquisadores do Serviço Social sobre a existência de uma lacuna acerca de estudos que tratam da relação entre as assistentes sociais e os movimentos sociais, principalmente acerca das práticas interventivas. De acordo com Iamamoto (2009), apenas

⁶ Não consideraremos aqui os trabalhos que discutem a relação profissional com os movimentos sociais, no âmbito da pesquisa bibliográfica ou acerca da produção teórica do Serviço Social sobre os Movimentos Sociais, ou ainda, sobre pesquisas específicas a respeito de determinados grupos de/ou movimentos sociais, desconsideraremos também os relatos de experiências oriundos de projetos de extensão, apenas por considerarmos que estes, não tratam de práticas interventivas de assistentes sociais, e sim de uma prática interdisciplinar, no âmbito da formação profissional, que apesar de muito importante, não configura parte do exercício profissional.

5,8% do total de pesquisas realizadas no país no âmbito universitário, referem-se a temáticas relativas aos movimentos sociais.

Abaixo listamos os títulos, com as(os) respectivas(os) autoras(es), dos trabalhos que tratam sobre a prática interventiva (relato de experiências oriundas do exercício profissional) da(o) assistente social junto aos movimentos sociais, são eles:

- Assessoria em Serviço Social: limites e possibilidades da assessoria a movimentos sociais e à Sociedade Civil Organizada (BILATE; LIMA; SANTIAGO; SOARES, 2016)
- Serviço Social e Assessoria à Organização de Conferências de Saúde (PAIVA; NOGUEIRA; COSTA, 2016)
- Entre a Profissão e a Militância: assistentes sociais no movimento sindical rural de Pernambuco (SANTOS; BENEVIDES, 2016)
- A Integração do Serviço Social no Movimento Sindical: espaço de discussão sobre precarização do trabalho e saúde (SILVEIRA, MACHADO; MARIN; SÁ; FOSCH, 2016)

A seguir apontaremos cinco questões acerca das práticas interventivas das assistentes sociais que consideramos mais relevantes a partir das análises destes trabalhos específicos.

I. Interlocução em rede com os movimentos sociais, instituições governamentais e/ou da sociedade civil;

A discussão sobre a importância e o desafio de se estabelecer, ampliar e fortalecer a rede de apoio entre as diversas organizações existentes, teve destaque nos trabalhos apresentados, as análises de experiências descrevem que esta é uma atividade importante para construir alternativas conjuntas, e para que as pautas em destaque ganhem apoio e seja fortalecida por uma gama maior de envolvidos. Como coloca Boschetti e Teixeira (2003, p.10) A(o) assistente social “[...] deve [...] ficar atento ao desafio de desencadear junto às demais forças um processo de articulação política para construção/fortalecimento das organizações populares e dos direitos sociais”. As autoras do texto- “Assessoria em Serviço Social: limites e possibilidades da assessoria a movimentos sociais e à Sociedade Civil Organizada” - afirmam a seguinte colocação:

Constituir a rede num território, sem nenhuma experiência de espaço coletivo e colaborativo é um desafio cotidiano. Principalmente quando se busca a efetivação do conceito de rede sem dependência entre serviços ou vínculos hierárquicos, mas o compartilhamento e interconexões entre agentes, serviços, produtos e os diversos tipos de organização. (BILATE; LIMA; SANTIAGO; SOARES, 2016, p.06)

É um desafio para as(os) assistentes sociais, não apenas mobilizar as organizações já existentes, mas também, provocar o interesse pela participação nos debates e no compromisso com a rede, pois, para que haja um funcionamento interessante e plural da rede é necessário o envolvimento de todos.

II. Mobilização social e fortalecimento na organização política de sujeitos usuários das políticas públicas;

Todos os trabalhos citados, de alguma maneira, destacaram a importância e o desafio profissional em mobilizar sujeitos oriundos de políticas públicas, ou que enfrentam algum tipo de ausência de política pública, a se organizar de forma coletiva em torno de interesses comuns.

Como coloca Moro e Marques (2011, p.30), a assistente social pode contribuir com os movimentos sociais incorporando ações concretas capazes de instrumentalizar a população, para que a mesma tenha condições de exigir melhorias na prestação de serviços do Estado, o que pode incidir em um processo de fortalecimento dos mecanismos coletivos de organização popular.

As autoras do trabalho intitulado- “Serviço Social e Assessoria à Organização de Conferências de Saúde” - destacam que:

[...] o/a assistente social pode atuar no campo da assessoria na entidade e na organização política dos usuários e conselheiros[...] articulando à mobilização e participação efetiva destes na defesa e implementação da política da saúde [...] os assistentes sociais são convocados a mobilizar usuários e trabalhadores [...] (PAIVA; NOGUEIRA; COSTA, 2016, p.07)

Em consonância com esta afirmação Moro e Marques, destacam que:

Os movimentos passariam a demandar auxílio no que diz respeito a sua formação e reaproximação com suas bases, no sentido de aglutinar e capacitar o maior número de militantes a participarem dos conselhos de direito, definindo as prioridades de execução da políticas públicas, sem contudo, esvaziar suas entidades representativas legítimas-associações, organizações comunitárias, sindicatos e outros. (MORO; MARQUES, 2011, p.41)

Os trabalhos indicaram ainda que um dos principais desafios na atuação da(o) assistente social nos mecanismos de controle social refere-se a trazer para esses espaços usuárias (os) das políticas sociais e em diversificar os integrantes de modo que (as) os representantes da comunidade que utilizam os serviços tenham mais visibilidade.

III. Prática educativa: formação contínua, educação popular, trabalho de base, incentivo ao processo de reflexão;

Seja a(o) assistente social enquanto assessor(a) de movimentos sociais da classe trabalhadora, representado aqui (de acordo com o conteúdo dos trabalhos) pelos sindicatos, ou ainda enquanto profissional que viabiliza a interlocução dos movimentos sociais nos aparelhos institucionais de participação e controle social, a dimensão educativa, como forma da profissional incentivar reflexões sobre as políticas públicas, realidade social, direcionamentos éticos e etc, foi tratada como fundamental.

Nota-se que a(o) profissional de Serviço Social é chamada(o) a desempenhar esta atividade, o que reafirma a capacidade e competência técnica da(o) assistente social, devido a sua formação abrangente, generalista e compreensão crítica sobre a realidade, o que converge com os projetos de contra hegemonia dos movimentos sociais que têm em seu quadro assessoras(es) assistentes sociais.

É interessante aqui, ressaltar que as(os) profissionais chamadas(os) para atuar nesta atividade tem um papel fundamental dentro da organização, o que confere um atributo importante de intelectual orgânico às(aos) assistentes sociais.

IV. Preocupação com a preservação do protagonismo dos movimentos sociais assessorados pelas(os) assistentes sociais;

Esta indagação é levantada principalmente em relação às(aos) assistentes sociais que atuam nos movimentos sociais sindicais, já consolidados, com objetivos de seu direcionamento ético e político. Neste sentido é questionado qual o limite da atuação profissional da(o) assistente social de forma que o direcionamento dos debates e reflexões propostos pela(o) profissional não se confundam e/ou sobressalte em detrimento do projeto societário do movimento social que está assessorando.

Ao que tange às relações dos movimentos sociais com as assessorias, há referências que tratam de relativizar a autonomia dos movimentos, sustentando-se na necessidade do agente externo na mobilização e organização dos setores populares, considerando-o como indutor dos rumos dos processos de luta e organização. Explicitam que a autonomia prende-se à elaboração da própria experiência do sujeito, mas não deve supor isolamento, sendo necessárias articulações e alianças com outras organizações da sociedade civil. (DURIGUETTO; BAZARELLO, 2016, p.137)

Abaixo um trecho do trabalho- “Entre a Profissão e a Militância: assistentes sociais no movimento sindical rural de Pernambuco” - que demonstra esta problemática.

[...] muitas vezes, a ação do assessor/assistente social no Movimento sindical Rural, está dividida entre a realidade, que queremos mudar, o sonho de um mundo melhor e os limites profissionais que o nosso vínculo empregatício nos impõe. E é também nesse sentido que alertamos para o cuidado de não exercermos um protagonismo que não é nosso, e sim dos sujeitos políticos que assessoramos, no nosso caso os trabalhadores e trabalhadoras rurais. (SANTOS, BENEVIDES, 2016, p.08)

É válido este questionamento, o que coloca às(os) assistentes sociais, profissionais que atuam como facilitadoras(es) do debate, provocando reflexões que são contundentes aos interesses dos movimentos sociais assessorados, atuando também para que aja um debate democrático e amplo, bem como o zelo pela transparência das informações e de todos os processos decisórios e deliberativos.

V. Fundamentos profissionais para a prática de assessoramento aos movimentos sociais;

Esta reflexão surge devido à pouca existência de pesquisas e trabalhos em torno da prática de assessoria das(os) assistentes sociais como um todo e principalmente junto aos movimentos sociais. Havendo assim, pouca discussão também no âmbito da formação profissional. Porém, Santos e Benevides (2016, p.08), autoras do trabalho- “Entre a Profissão e a Militância: assistentes sociais no movimento sindical rural de Pernambuco” - dão destaque também ao entendimento otimista em relação à assessoria feita pelos profissionais do Serviço Social:

[...] compreendemos o trabalho de assessoria como um trabalho bastante intelectualizado que problematiza a *questão social* e aponta caminhos para a sua superação. É aí que vemos o quanto a formação em Serviço Social é rica e valorizada nesses espaços políticos. A nossa contratação para assessorar o movimento sindical rural está diretamente relacionada com o conhecimento acumulado e adquirido, e as ferramentas capazes de possibilitar uma melhor compreensão do funcionamento da sociedade, principalmente, por meio de uma formação em Serviço Social com

engajamento político. Uma formação que possibilita ao/a formando/a, para além de um aprendizado técnico-operativo, o desenvolvimento de uma habilidade teórico-reflexiva fundamentada em um projeto político de sociedade.

As autoras Silveira, Machado; Marin; Sá; Fosch (2016, p.09) em um trecho do trabalho- “A Integração do Serviço Social no Movimento Sindical: espaço de discussão sobre precarização do trabalho e saúde” - também concordam:

Neste sentido percebe-se a relevância da profissão, somada a luta dos trabalhadores, em espaços do movimento social. Estes espaços e coletivos são potentes frente às lutas que a classe trabalhadora trava com o atual sistema econômico. Porém, não se esgota neste espaço. Estes espaços não de ser multiplicados, pois congregam a força da classe trabalhadora; são espaços de aprendizado, troca e construção de um conhecimento coletivo e crítico capaz de dar vida a novas construções políticas, econômicas e sociais.

É exposto nos trabalhos que apesar da(o) assistente social, de maneira geral, não ser especialista em determinadas áreas de interesse dos movimentos sociais, a sua formação generalista permite uma compreensão total e crítica de mundo, além do entendimento acerca das políticas públicas e especial das políticas sociais, e ainda seu comprometimento ético-político com os interesses da classe trabalhadora, facilita a atuação dessa (desse) profissional nesses espaços.

Encerramos assim, as análises acerca das práticas interventivas utilizadas pelas assistentes sociais que atuam junto aos movimentos sociais. Aqui conseguimos dar um panorama geral das discussões que envolvem as assistentes sociais e os movimentos sociais, e nos debruçamos de forma mais profunda acerca das experiências dessas profissionais que atuam diretamente com os movimentos sociais, o intuito foi dar visibilidade às atividades desenvolvidas, os desafios cotidianos e propostas de intervenções.

Consideramos que ainda há grandes lacunas a serem trabalhadas neste aspecto, que há necessidade de aprofundamento desses estudos, e que o debate acerca dessa temática ainda está longe de se esgotar, pois, há diversos movimentos sociais, organizações coletivas, atuando em campos distintos, em que as profissionais podem atuar, e assim, proporcionar novas reflexões, e desenvolver ações interventivas ainda mais criativas. Assim, esperamos que este trabalho tenha contribuído no sentido de incentivar novas pesquisas sobre a temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições materiais e históricas para o surgimento do Serviço Social estão atreladas ao processo de organização política da classe trabalhadora e às respostas do Capital, por meio do Estado à questão social, ou seja, a história da nossa profissão está ligada à luta de classes, circunscrevendo-se em uma profissão permeada por contradições.

Vimos o debate sobre a relação entre o Estado e a Sociedade Civil, compreendemos esta relação a partir da perspectiva Gramsciana, onde a Sociedade Civil é permeada pela luta de classes, apesar de, hegemonicamente, representar os interesses da classe dominante. Assim, o Estado, a partir das exigências de setores da sociedade civil, por meio de resistências, lutas e pressão, passa a responder não apenas os interesses da classe capitalista, mas também aos interesses das classes subalternas.

Foi possível compreender um pouco das transformações pela qual os movimentos sociais passaram: desde o surgimento do movimento sindical industrial no Brasil no início do Século XX, o surgimento e fortalecimento dos movimentos sociais rurais, como: Ligas Camponesas e MST, passando pela repressão aos movimentos sociais no regime ditatorial, que culminou na resistência armada, até a retomada dos movimentos sindicais na década de 1980, chegando ao recuo do movimento sindical na década de 1990 e do surgimento e ampliação de movimentos sociais associados à identidade e cultura, como os movimentos LGBTQI's, os movimentos feministas, movimentos ambientalistas e tantos outros; finalizando com o debate em torno das novas formas de mobilizações e organizações coletivas organizadas por meio de redes sociais virtuais no Século XXI.

Debatemos o processo de deturpação da categoria “sociedade civil” a partir da implementação do neoliberalismo, derrocado pela reestruturação produtiva, que teve maior incidência na década de 1990. Nesse momento o termo “sociedade civil” começou a ser apropriado pelas classes dominantes para demarcar o território da conciliação de classes, da “solidariedade” entre as classes, ou seja, deturpado do seu sentido de disputa de interesses e luta de classes, considerando a sociedade civil como um bloco hegemônico, esvaziando este conceito ao torná-lo sinônimo do terceiro setor.

Nos debruçamos ao debate do terceiro setor, que responde a um processo de precarização, mercantilização e refilantropização incentivado pelo projeto neoliberal, que de forma sintética, desresponsabiliza o Estado de prover políticas públicas e serviços sociais, precarizando os serviços sociais públicos, mercantilizando os serviços sociais que podem ser

lucrativos, como Educação, Saúde e Previdência, e refilantropizando os serviços sociais que não podem gerar lucro, como a Assistência Social, transferindo essas atividades para o terceiro setor.

Este panorama foi necessário para compreendermos em que estrutura os movimentos sociais construíram suas histórias e qual o impacto e influência de cada conjuntura sócio histórica na configuração desses movimentos.

A partir deste panorama pudemos também discutir sobre a relação entre a(o) profissional de Serviço Social e os movimentos sociais, demonstramos como o Serviço Social estabeleceu, ao longo da história, diferentes relações com as organizações coletivas, incidindo no seu modo de intervir nestas instituições, apontando os desafios e superações deste processo.

A discussão acerca da prática profissional da(o) assistente social foi primordial para compreendermos com mais nitidez os desafios que ainda travamos no que diz respeito a nossa própria atuação profissional, aqui resgatamos os diversos projetos do Serviço Social que deram diferentes orientações ético-políticas para as(os) profissionais, incidindo na dimensão técnico-operativa das(os) assistentes sociais, o que nos permitiu debater acerca das práticas-interventivas dessas(es) profissionais junto aos movimentos sociais, desde o início da profissão até os dias atuais.

Resgatamos as primeiras intervenções de cunho moralista, incidindo em intervenções que visava a adequação do indivíduo às normas e ao padrão moral cristão, mostramos a importância dos primeiros contatos mais profícuos com as comunidades, que, mesmo a partir de uma visão desenvolvimentista, proporcionou a criação de um vínculo a partir da vivência das(os) profissionais junto aos grupos das comunidades.

Foi possível ver que em um momento de profundo descontentamento com o regime militar, e a luta conjunta com os diversos movimentos sociais, organizações coletivas e categorias profissionais, pela retomada da democracia, possibilitou uma avaliação da própria profissão, dando condições para o surgimento do movimento de reconceituação do Serviço Social e fortalecimento da perspectiva da intenção de ruptura. Ou seja, a aproximação da categoria profissional com os diversos movimentos coletivos, possibilitou que a própria categoria reconsiderasse seu papel na sociedade. A partir do momento em que a perspectiva de um Projeto Profissional Crítico tornou-se hegemônica no Serviço Social, a categoria profissional por meio de seus dispositivos legais, Código de Ética, Lei de Regulamentação e Diretrizes Curriculares, reafirmaram sua posição ética e política em favor da classe trabalhadora.

Debatemos ainda a prática profissional, considerando a unidade entre as três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e ainda discutimos a importância da dimensão investigativa e a dimensão pedagógica da(o) assistente social na atuação junto as organizações da sociedade civil.

Todos esses debates proporcionaram uma compreensão mais profunda acerca da relação das(os) assistentes sociais com os movimentos sociais ao longo da profissão inserida na história, permitindo-nos uma análise mais nítida dos trabalhos apresentados no último Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) referentes à intervenção das(os) assistentes sociais nos movimentos sociais e organizações coletivas.

A partir da leitura dos trabalhos vinculados aos movimentos sociais, foi possível identificar que há pouca discussão sobre a temática em detrimento de outras disciplinas, e que o debate específico sobre as práticas interventivas da(o) assistente social é ainda mais abreviado, conseguimos identificar também as principais categorias de análises de pesquisa desses trabalhos, são elas : a) Pesquisa e Investigação: os movimentos sociais enquanto objeto de pesquisa das(os) assistentes sociais; b) Extensão Universitária e Movimentos Sociais no processo de formação das(os) assistentes sociais; c) Movimentos Sociais enquanto espaço sócio ocupacional das(os) assistentes sociais; d) A(o) assistente social no processo de fortalecimento dos movimentos sociais: a articulação nos mecanismos de participação e controle social e o engajamento de sujeitos às organizações coletivas; e) Organização Política e Sindical da categoria profissional das assistentes sociais.

Porém apenas quatro relatos de experiências foram identificadas entre os trabalhos estudados, apesar da pouca quantidade, o conteúdo relatado nas pesquisas foi bastante interessante, possibilitando uma compreensão mais abrangente sobre o cotidiano profissional das(os) profissionais que atuam nos movimentos sociais.

De acordo com a análise, os trabalhos demonstraram quatro principais apontamentos: a) Interlocução em rede com os movimentos sociais, instituições governamentais e/ou da sociedade civil; b) Mobilização social e fortalecimento na organização política de sujeitos usuários das políticas públicas; c) Prática educativa: formação contínua, educação popular, trabalho de base, incentivo ao processo de reflexão; d) Preocupação com a preservação do protagonismo dos movimentos sociais assessorados pelas(os) assistentes sociais e e) Necessidade de aprofundamento dos fundamentos profissionais para a prática de assessoramento aos movimentos sociais.

Esses aspectos estiveram presentes em todos os trabalhos, de forma menos ou mais incisiva, demonstrando que essas são preocupações concretas e comuns que permeiam o cotidiano profissional das(os) assistentes sociais que atuam junto às organizações coletivas.

Identificamos a preocupação das(os) autoras (es) em compreender os processos organizativos dos movimentos sociais, para que sua contribuição esteja de acordo com as expectativas dos próprios movimentos, respeitando seus direcionamentos sociais e políticos para garantir a autonomia do movimento social em que está inserido.

Há uma preocupação geral dessas profissionais em mobilizar e ampliar a capacidade de alcance dos movimentos sociais, para que mais sujeitos se organizem politicamente de forma coletiva, para isso, é notório um esforço em incitar o processo de reflexão crítica desses sujeitos sob a sociedade.

Dentre todas as possibilidades identificadas de atuação, percebemos uma alternativa ainda pouco explorada em bibliografia no âmbito das relações das assistentes sociais com os movimentos sociais, refere-se à possibilidade de incitar o engajamento de usuários de políticas sociais aos movimentos sociais que lutam por melhorias naquele campo de atuação, tornando as organizações coletivas um mecanismo para que os sujeitos exijam do Estado, de forma organizada e coletiva o acesso de qualidade a direitos e serviços sociais.

Por isso, ainda é necessário criar alternativas que possibilitem que as(os) assistentes sociais dentro do seu próprio campo de atuação profissional, criem condições de estreitar os vínculos com os movimentos sociais e organizações coletivas que lutam pela ampliação de direitos, no próprio campo de atuação, ou em outros movimentos organizados em rede.

Consideramos que os objetivos traçados (resgatar a história dos movimentos sociais e dos principais conceitos em torno desta temática; discutir sobre as práticas interventivas da(o) assistente social, bem como a relação histórica da profissão com os movimentos sociais; analisar a partir das experiências publicadas no CBAS 2016, as práticas interventivas das(os) assistentes sociais junto aos movimentos sociais) foram alcançados, de forma que todo o processo da pesquisa culminou em uma análise breve, mas que deixa espaço para que novos estudos sejam feitos a partir desta pesquisa sobre a atuação da(o) assistente social junto aos movimentos sociais.

Por isso, afirmamos que o Serviço Social pode realizar sua intervenção profissional junto aos movimentos sociais enquanto instrumento para ampliar a consciência e poder de pressão, não apenas como seu empregador, mas, sobretudo, incitando a organização coletiva de sujeitos que utilizam os mais diversos serviços sociais, ou fortalecendo os movimentos sociais

já existentes, dando visibilidade e reconhecimento a esses dentro dos espaços de atuação profissional, possibilitando assim que mais sujeitos compreendam a importância de se organizar e lutar coletivamente. A(o) assistente social tem competência e habilidade para este papel fundamental na defesa e fortalecimento da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social:** com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ABREU, M.M. **Serviço Social e a organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. *In:* ABEPSS; CFESS (orgs). **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ANDRADE, R. **Serviço Social, Gestão e Terceiro Setor:** Dilemas nas políticas sociais. São Paulo: Saraiva, 2016.

ANTUNES, R. As novas formas de acumulação do capital e as formas contemporâneas de estranhamento (alienação). **Caderno CRH**, Salvador, v. 15, n. 37, p. 23-46, 2002

BALDI, L.A.P; DURIGUETTO, M.L. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. **Revista Katálisis**. Florianópolis, v.15, n.2, p.193-202, jul/dez 2002.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social:** história e fundamentos. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BENEVIDES, M. K.T.; SANTOS, D. C. Entre a Profissão e a Militância: assistentes sociais no movimento sindical rural de Pernambuco. *In:* **XV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, Recife, 2016. Anais. Recife: CBAS, 2016. CD-ROM.

BILATE, J. et al. Assessoria em Serviço Social: limites e possibilidades da assessoria a movimentos sociais e à Sociedade Civil Organizada. *In:* **XV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, Recife, 2016. Anais. Recife: CBAS, 2016. CD-ROM.

BRASIL. Lei 8.662 de 07 de Junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social. **Diário Oficial da União**. Brasília DF, 07 de Junho de 1993.

BOSCHETTI, I.; TEIXEIRA, S.O. **Mobilização e Participação Social:** Desafios para a Intervenção do Assistente Social. 2013. Disponível em:

<<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-080.pdf>> Acesso em: 28 de novembro de 2018.

CARDOSO, P.F.G. Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação. **Katálisis**, vol.20, n.3 Florianópolis, set./dez. 2017. Disponível em:<
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802017000300325>
Acesso em: 02 de dezembro de 2018.

CARDOSO, F. G.; LOPES, J. B. O trabalho dos assistentes sociais nas organizações da classe trabalhadora. In: CFESS. **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009. p. 411-428

COUTINHO, C.N. Sociedade Civil e Democracia no pensamento liberal e marxista. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 8, n.2, p.70 – 82, jul-dez / 2008.

DUARTE, J. L.N. A funcionalidade do terceiro setor e das ONGs no capitalismo contemporâneo: o debate sobre sociedade civil e função social. **Libertas**, Juiz de fora, v. 2, n. 2, p. 52-76, jul.2008. (ISSN 1980-8518). Disponível em:
<http://www.ufjf.br/revistalibertas/files/2010/01/artigo03_5.pdf> Acesso em: 03 de março de 2019.

DURIGUETTO, M.L.; BAZARELLO, R.D. Movimentos Sociais e Serviço Social: termos do debate. **Temporalis**, Brasília, ano 15, n. 29, jan/ jun. 2015.

DURIGUETTO, M.L.; MONTAÑO, C. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DURIGUETTO, M.L. et al. Sociedade Civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático- política. **Katálisis**. Florianópolis, v.12, n. 1, p. 13-21, jan/jun. 2009.

DURIGUETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014.

FERNANDES, M.C.M. A organização coletiva como instrumento de trabalho do assistente social: possibilidades e desafios em tempos de neoliberalismo. In: **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Anais. UFMA. São Luís, 2015.

FERRAZ, A. T. A reconfiguração dos movimentos sociais no Brasil no século XXI. In. NEVES, Ângela V; CASTRO, Alba T. **Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social: uma perspectiva crítica**. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

FORTI, V.; GUERRA, Y. **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FOSCH, C. B. et al. A Integração do Serviço Social no Movimento Sindical: espaço de discussão sobre precarização do trabalho e saúde. *In: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS*, Recife, 2016. Anais. Recife: CBAS, 2016. CD-ROM.

GIANOTTI, V. **Reconstruindo nossa história: 100 anos de luta operária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GUERRA, Y. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. *In: BAPTISTA, M.V; BATTINI, O. (Org.). A prática profissional do assistente social: teoria ação, construção de conhecimento*. São Paulo: Veras, 2009

GUERRA, Y. Apresentação. *In: SANTOS, Cláudia M. dos; BACKX, Sheila; _____ (Org.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de fora: UFJF, 2012. p.9-13

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico metodológica**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARQUES, M. G.; MORO, M. D. A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n 21, o.13-47, jan./jun. 2011.

MARTINS, F.P. **Serviço Social e perfis pedagógicos: elementos para uma análise crítica**. *In: CRESS-MG, III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais*. 2013

MATOS, M. C. de. Assessoria, Consultoria, auditoria, supervisão técnica. *In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, 2009.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J.P. “Transformações societárias e serviço social- notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil.” **Serviço Social e Sociedade**, n 50. São Paulo, Cortez, 1996.

NETTO, J.P. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J.P. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAIVA, B. et al. Serviço Social e Assessoria à Organização de Conferências de Saúde. *In*: **XV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, Recife, 2016. Anais. Recife: CBAS, 2016. CD-ROM.

PEREIRA, P. A. Política Social e os desafios estruturais da democracia no capitalismo recente. In. NEVES, Angêla V; CASTRO, A. T. **Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social**: uma perspectiva crítica. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

PORTAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Breve Histórico do PCB. Partido Comunista Brasileiro, 2018. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal/docs/historia.html>> Acesso em: 07 de outubro de 2018.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n 107, p.420-437, jul/set. 2011.

SANTOS, C. M. As dimensões da prática profissional do serviço social. **Libertas**, Universidade Federal de Juíz de Fora, Faculdade de Serviço Social, v.2, n.2 jul/dez/2002- v.3, n.1 e n.2 jan/dez/2003.

SANTOS, C.M. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Conexão Geraes**, n 3, jul/dez, 2013. Disponível em: < <http://cress-mg.org.br/publicacoes/Home/Lei/62>> Acesso em: 08 de março de 2019.

SCHERER-WARREN, I. **Redes Emancipatórias**: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. Brasília: Appris, 2012.

SILVA, A.M. Serviço social e sindicalismo no Brasil: avanço ou retrocesso na organização política dos assistentes sociais na contemporaneidade. **Anais do 3º Encontro Internacional de Política Social e 10º Encontro Nacional de Política Social**. Vitória, 2015.

SIMIONATTO, I. A influência do pensamento de Gramsci no Serviço Social brasileiro. **Trilhas**, Belém, v.2, nº1, p.7-18, jul, 2001.

SIMIONATTO, I. Razões para continuar utilizando a categoria sociedade civil. In. NEVES, Angêla V; CASTRO, Alba T. **Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social: uma perspectiva crítica**. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

SOUZA, O.M; DOMINGUES, A. Emancipação Política e Humana em Marx: alguns apontamentos. In: **Revista Eletrônica Arma da Crítica**. Nº4, dez. [s.l.:s.n.], 2012.
Disponível em: Acesso em: 28/03/2019